**COMISSÃO DA VERDADE**

**VALE DO RIBEIRA**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**14/06/2014**

**COMISSÃO DA VERDADE**

**VALE DO RIBEIRA**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**14/06/2014**

**O SR**. - Renato Simões, deputado federal, membro da Comissão da Verdade e do Trabalho. (Palmas.)

 Ivan Seixas, coordenador da Comissão da Verdade Estadual. (Palmas.)

Jean Lima, da Comissão da Verdade Estadual do Grupo de Trabalho sobre a Repressão no Campo. (Palmas.)

Luciana Carvalho, da Comissão Estadual da Verdade do grupo de trabalho sobre Repressão no Campo. (Palmas.)

Também da Comissão da Verdade Estadual e do Grupo de Trabalho sobre Repressão no Campo, Gabriel Teixeira. (Palmas.)

Entre as entidades presentes, até o momento nós temos confirmados: o Movimento dos Ambientados por Barragens, Moab; o Eaacone; Apeoesp (Sindicato Estadual dos Professores); o Instituto Sócio Ambiental (ISA); Comissão da Verdade; Pé no Mato; Unicamp, com o Instituto Quilombola; Agência Pública de Jornalismo, que aliás, é por causa deles que eu estou tendo que gravar, pela Agência Pública de Jornalismo; o vereador Claudinho; Ministério Público Estadual do Paraná; Observatório dos Conflitos Rurais de São Paulo; e, também, a Associação de Moradores da Juréia está presente aqui, também.

Entre as comunidades, que estão presentes, nós temos: a Comunidade Quilombola Sapatu, São Pedro, Ivaporunduva, André Lopes, Abobral margem direita, Abobral margem esquerda, Engenho, Porto Velho, Tiririca, Nhunguara, Córrego do Franco, Ostra, a comunidade caiçara da Juréia, e também a comunidade de Itapeúna.

(Ininteligível.)

**O SR**. - Sim, a comunidade do Guapiruvu, também está presente.

(Ininteligível.)

**O SR**. - Guapiruvu e Atibaia.

Então, iniciaremos aqui, com a fala do Ivan Seixas.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Bom dia a todas; bom dia a todos. O objetivo desta audiência, que nós vamos fazer hoje, aqui, é da Comissão da Verdade; ela é em parceria com a Comissão da Verdade Estadual, que funciona na Assembléia Legislativa, que tem como presidente o deputado Adriano Diogo; e, também, da Comissão da Verdade da Câmara dos Deputados, que tem seus membros representados pelo Renato Simões.

O objetivo dessa audiência é o objetivo da Comissão Nacional da Verdade, que é apurar o que aconteceu no país nos anos da ditadura militar. E saber também, principalmente, o que ainda vem acontecendo nesse país, que é desde essa época – principalmente a impunidade, principalmente os crimes, cometidos no passado, que se mantêm até os dias de hoje, e que ninguém é punido, ninguém é julgado pelos crimes contra o povo.

Pra nós, é fundamental a gente saber o que aconteceu no passado, e o que acontece nos dias de hoje, pra gente poder indicar caminhos para que isso acabe.

A Comissão da Verdade tem que fazer um relatório, para ser entregue à presidenta Dilma, no dia 10 de dezembro; e este relatório tem três partes. A primeira parte é a apuração dos fatos – saber o que houve, e saber o que acontece, ainda, nos dias de hoje. A segunda parte são as conclusões – o que foi que aconteceu, é crime? E que nos leva para a terceira parte – que é o que fazer com essas conclusões, é indicar os caminhos, pra gente parar com o que acontece.

No estado de São Paulo, principalmente na região da Grande São Paulo, a gente tem a atuação da Polícia Militar como um grupo destemido, praticamente; que mata, principalmente, a população da periferia, jovens negros da periferia, basicamente esse é o alvo principal deles, que mata, toda semana, dezenas de pessoas.

Para se avaliar, pra analisar o que aconteceu no passado, a gente olha, e vê que é uma coisa muito parecida com o que os militares faziam na época da ditadura. Com essa constatação, que é o mesmo tipo de crime, o mesmo jeito de matar, a gente tem uma indicação. Então, essa parte, que é chamada parte das recomendações, que a gente vai propor a mudança, ou a instituição – daqueles, como era – hoje.

Então, essas três fases são muito importantes pra essa audiência aqui, hoje. Que é saber o que aconteceu, concluir que são crimes – e crimes que não podem acontecer – e, terceiro, as recomendações que a gente vai colocar no relatório.

São, na realidade, dois relatórios – o relatório que será entregue para a presidenta Dilma, e o relatório que vai ser feito aqui no estado de São Paulo, que vai ser entregue para o governador, qualquer que seja o futuro governador, porque precisamos acabar com esse tipo de prática.

Então, pra nós é fundamental saber o que aconteceu aqui, na época da ditadura, quando houve a Repressão, a chamada Guerrilha do Vale do Ribeira, com o capitão Carlos Lamarca, e todos os outros companheiros que estiveram aqui. Eles fizeram... Pra reprimir a guerrilha do capitão Carlos Lamarca, muitos crimes foram cometidos contra a população.

O próprio Lamarca, contava que o casal de camponeses, que eram oito ou em seis – seis camponeses – teriam sido torturados, e o homem do casal foi morto; então, a gente precisa saber se isso é verdade.

Então, se tiver depoimentos sobre isso, é fundamental pra gente registrar; da mesma forma, que sempre se teve a indicação que, para reprimir, o exército tinha bombardeado, com bombas incendiárias, a floresta. Nós precisamos saber se isso é verdade.

Existe um relatório do exército em que eles dizem que houve esse bombardeio, então a gente precisa saber através de depoimentos o que aconteceu. Então pra nós, hoje, é muito importante, pra todo mundo que está nessa sala, tentar entender que essa audiência vai ter consequências.

A primeira consequência é que a gente quer, além do nome de todo mundo que está aqui hoje, a gente levar um grupo de pessoas para São Paulo, e fazer uma audiência, lá em São Paulo, na Assembleia Legislativa, com transmissão pela televisão e tudo o mais, pra dizer o que está acontecendo ainda hoje. Então, pra nós é muito importante, pra mostrar que vocês não estão sozinhos; pra mostrar que, a ação deles, a gente está de olho, porque a gente não quer isso continue.

Então, hoje, a mobilização por justiça, da nossa região, é que as comunidades daqui – pelas comunidades quilombolas, a comunidade caiçara, a comunidade em que está a população, em geral – entenda que o Vale do Ribeira não está sozinho. A gente está querendo ajudar, principalmente querendo que não continuem acontecendo.

O objetivo da Comissão da Verdade é apurar o passado, pra tentar entender o presente, e mudar o futuro. Esse é o objetivo da Comissão. E, esse é o recado que a gente tem pra vocês – a gente está junto, todos nós. A presença de dois deputados – um deputado estadual e um deputado federal – não é à toa, é pra gente mostrar que nós estamos atentos e que estamos tentando mudar essa realidade.

 Era isso, muito obrigado. (Palmas.)

**O SR**. – Agora que entendemos, melhor, os trabalhos da Comissão da Verdade, vamos convidar, aqui, a irmã Maria Sueli Berlanga, que é advogada das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA** – (Ininteligível.) Bom dia a todos.

Sr. deputado Renato Simões, da Comissão da Verdade, o criador, o coordenador, presidente da Comissão da Verdade do Estado; Ivan, o coordenador do trabalho; nossos companheiros do Grupo de Trabalho dos Conflitos do Campo.

Já não era sem tempo, que o Vale do Ribeira precisava de uma Comissão da Verdade falada aqui, pra nos ajudar a fazer uma releitura da sua história e dos seus verdadeiros políticos. Os direitos humanos, aqui do Vale do Ribeira, estão sendo agredidos desde, pelo menos, 1560, quando para cá foi trazida a primeira leva dos escravos africanos – que não vieram para cá de livre vontade, mas foram trazidos, e obrigados ao trabalho forçado.

Além de desrespeitar os direitos humanos fundamentais dos afros, desrespeitaram, também, o direito fundamental dos indígenas – que tinha aqui no Vale do Ribeira – no seu território. Desde o século XVI, não temos mais notícias dos indígenas que habitavam essas margens.

Então é isso, os direitos humanos continuam sendo agredidos até os dias de hoje. Passados 514 anos de história do Brasil, sendo que 354 anos foram escravidão, o direito fundamental, garantido na Constituição, ainda não foi alcançado pela população do Vale do Ribeira. Isso porque a estrutura agrária nacional conserva uma feição latifundiária da mais grave, excludente, que se reatualiza desde o período colonial.

A estrutura fundiária no Brasil e a concentração de terras, herdados dos bens dos imperiais, continuam produzindo sinais de conflitos fundiários. O favorecimento da monocultura – uma das coisas que pesa no desenvolvimento do Vale do Ribeira. Os desmatamentos ilegais – e permitidos. A falta de reconhecimento de situação dos territórios tradicionais dos quilombos e dos cafungos. Os terceiros, que continuam ocupando tais áreas, e que não são retirados, de propósito, perpetuando os mais sofridos.

Sempre, essa população esteve alijada do direito da conquista da terra. Na época que existia o sistema escravocrata, eles eram excluídos desses direitos, pois a terra era da coroa, e, depois, do império.

Hoje, a terra é do capital; dos capitalistas.

Pessoas que aqui nasceram, e que aqui viveram, cada vez mais são alijadas dos direitos de terem suas terras reconhecidas – indígenas – para a prática da sua cultura tradicional.

E essa prática sempre foi utilizada; leis, decretos, discussões sobre o racismo, leis orçamentárias, ações judiciais – esses foram os mecanismos utilizados para manter essa população excluída do direito à terra. E a prática continua ainda hoje, mesmo depois de 25 anos da concepção de 1988 – a Constituição Cidadã.

A forma da violência, hoje – uma das formas de violência, hoje – é essa febre, da criação de unidades de conservação sobrepostas em áreas e territórios das comunidades tradicionais. (Palmas.)

Prática, primeira, da ditadura; porque essa parte nunca concordou, ou foi consultada, foi imposto, e a população teve que engolir; tem que ter direito à indenização, tem que ter direito a condições de vida, obrigando essa população a ser palmiteiro nordestino excluído – foi excluído, finalmente.

Há uma política, muito usada, de despovoamento das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira. Proibiram as comunidades às escolas; deixam sem atendimento, as famílias; e, em muitas comunidades, as prefeituras não fazem a manutenção das estradas, obrigando a população a se deslocar com barcas, pondo em risco a vida – vida, inclusive, de crianças escolares – porque precisa sair da sua comunidade, pra ter o mínimo de estudo na cidade.

E eu ouvi de um companheiro que disse “Os meus filhos têm que ir pra cidade pra estudar”. A educação que ele recebe não é suficiente pra ele ter um emprego; mas é suficiente pra que eles percam o amor à sua comunidade. Não podemos permitir que, isso, aconteça.

Até porque, as comunidades quilombolas têm direito de ter a sua escola, no seu bairro. Não só isso: nós estamos lutando por escolas quilombolas, mas elas têm direito à educação quilombola – que é muito diferente dos modos que estão sendo aplicados nas escolas – que é um currículo, ainda, fruto da comunidade.

O Vale do Ribeira tem o índice de desenvolvimento humano mais baixo do estado de São Paulo, mas não porque o Vale seja pobre, o Vale é rico! O Vale é rico em minério, o Vale é rico em pescado, o Vale é rico em cultura, o Vale é rico em água, mas sua população é mantida na pobreza propositalmente, como mais uma ferramenta para esvaziamento do espaço, para que depois, sim, seja apropriada a riqueza que está nesse solo.

A população do Vale do Ribeira sempre foi mantida em estado de vulnerabilidade, e por isso que receberam os projetos de desenvolvimento, importados de outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil, sem respeitar aquilo que seria o desenvolvimento, próprio, do Vale do Ribeira.

A Companhia Brasileira de Alumínio, ciente da fragilidade do comportamento econômico e fundiário da região, adquiriu 60% de suas terras – com a velha lógica do desrespeito à legislação ambiental, colocando as populações tradicionais como obstáculo – e entrar para o progresso.

Até agora, 689 famílias foram removidas dos seus processos, no processo de compra de terra. Houve redução de rendas e o desemprego de meeiros, arrendatários e posseiros. E a terra, minha gente, está lá, com, ainda, vestígios das plantações dos antigos ocupantes da terra.

Tem gente lá, ainda, que vendeu as suas terras por 900 cruzeiros e recebeu, apenas, 450 cruzeiros; mas essa terra se tornou do Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, pra ser construída a barragem.

A população, que sempre protegeu essa mata, fica impedida de praticar, até, a agricultura de subsistência, que depende da autorização de Meio Ambiente, que nunca tem técnico pra vir fazer a vistoria, com licenças sempre atrasadas – fora da época da plantação. Mas o Antônio Ermírio de Moraes, o Grupo Votorantim, TVA, em nome do desenvolvimento, podem alagar, ou oprimir, o estado de Mata Atlântica.

Não basta... Só isso já seria um problemão, mas não é só isso que o Vale do Ribeira está enfrentando; enfrentamos, agora, a gana das mineradoras. O ISA, uns anos atrás, fez um levantamento – só em terra quilombola, do Vale do Ribeira, há 92 pedidos para mineração, para serem incluídos. E não só. Há, também, o plantio de pinus e de eucalipto, que está tomando o Alto Ribeira – tirando da terra muitas pessoas, e, deixando sem terra pra plantar, muitas pessoas.

O problema é que falta muita discussão. Transposição da água, do Vale do Ribeira, para São Paulo. O planalto paulista, todo, desmatado.

A Inglaterra, há 100 anos, atrás, conseguiu limpar o rio de Londres, sem toda essa tecnologia que se dispõe hoje; e, o estado de São Paulo, não é capaz de despoluir os seus rios. E, daí, essa água, se faz o quê?

É evidente a inoperância do Governo brasileiro, e a participação do IPA no Poder Judiciário, no cumprimento das normas constitucionais. Todas essas dificuldades, sofridas pelas comunidades tradicionais, não são por falta de mecanismos jurídicos ou judiciais; o problema reside na estrutura da compreensão jurídica, que sempre visou o indivíduo, por séculos.

A propriedade privada foi sagrada, no Brasil. Prevalece o conceito de direitos individuais; os direitos coletivos ameaçam a tradição – governamental e do judiciário. Reconhecer os direitos coletivos obriga um alargamento do conceito de cidadania, que a sociedade brasileira dominante sempre rejeitou.

Até pouco tempo atrás, os negros eram mantidos na invisibilidade. Com muita luta se conseguiu jogar luz em cima dos problemas dos quilombos, a perpetuar, também, a forma de manter os negros sem terra. Então, a gente espera que essa instalação da Comissão da Verdade, possa se somar a toda essa população, que há tantos anos vem lutando, e que haja visibilidade dos verdadeiros conflitos do Vale do Ribeira.

Há uma força política pra manter os verdadeiros conflitos do Vale do Ribeira na invisibilidade, que justifica isso de diversas formas, seja porque o Vale do Ribeira não tem representação no eleitorado. Mas, contamos com a Comissão da Verdade, pra que seja dada visibilidade para todos esses problemas, que aos poucos, vai minando a vida das pessoas tradicionais, aqui do Vale do Ribeira.

O Vale do Ribeira pertence a essas comunidades tradicionais; grande parcela dessas terras é das comunidades tradicionais. E é, pra elas, que nós temos que fazer justiça, devolvendo os territórios pra essas comunidades. E, segundo, que o povo continue – através de leis ambientais, através da educação, através da pauta de política pública – que essas comunidades tradicionais continuem sendo unidas.

É isso que a gente espera, dessa instalação, da Comissão da Verdade.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR**. – Gostaria de anunciar a presença da União dos Povos (ininteligível).

Vamos passar, agora, para o deputado estadual e presidente da Comissão da Verdade, sr. Adriano Diogo.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Bom dia, pessoal.

**A AUDIÊNCIA –** Bom dia!

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Nós viemos aqui hoje, repetindo para a maioria das pessoas de fora, pra falar da Comissão da Verdade.

Na verdade, a gente devia era mais ouvir do que falar.

Na verdade, a gente queria saber as coisas que acontecem aqui. Por quê? Porque, há 50 anos, atrás, foi dado um Golpe, nesta terra. A gente costumou chamar o Golpe de Golpe Militar; mas o Golpe não foi um Golpe militar, foi um Golpe civil-militar, foi um Golpe empresarial-militar; e o que estava na (ininteligível) do Golpe? A terra. A propriedade da terra, a reforma agrária, o direito, do povo, de ter o seu pedaço de chão. Essa foi a justificativa do Golpe – pra isso que ele foi dado.

Então, vir aqui no Vale do Ribeira, uma das regiões mais visadas pelos militares, mais perigosa, mais vigiada e, porque não dizer, a mais abandonada. Aqui, a gente não devia fazer a Comissão da Verdade do período do regime militar.

Aqui, nós tínhamos que fazer a Comissão da Verdade do período da escravidão. Essa história – dos quilombos, dos quilombolas – ainda não foi contada. Por que tanta gente veio pra cá? Por que tanta gente conseguiu se proteger aqui, sobreviver, do massacre que foi o fim da escravidão – e, esses anos todos?

Então, eu venho aqui, hoje. Tenho acompanhado, lá em São Paulo, essa organização que as pessoas têm feito, desses grupos dos quilombolas, na questão de racismo, e tal. Mas, hoje, tem um enfoque completamente diferente, completamente.

Acho que a irmã colocou, com muita precisão, essa nova forma de dominação do território, que é esse episódio de dizer que tudo é parque, área de preservação... Como se, aqui, as pessoas que aqui moram há mais de 100 anos, fossem personagens externos. E tem que ter a ocupação da terra pelas pessoas que aqui nasceram; que aqui moram; e, podem representar – sob essa nova interpretação, uma destruição ambiental.

Essa visão de meio ambiente, que tem mais valor o macaquinho do que o ser humano é uma visão errada, atrasada, racista, racista! Que acha que o elemento da terra, o elemento natural da terra, é que destrói a natureza. Isso é uma bobagem.

Por que a Companhia Brasileira de Alumínio tem tanta força? Por que será que essa família – que domina o Brasil – tem o monopólio do alumínio?

Vocês sabem que, na época do Getúlio Vargas, foi feita uma estrada de ferro que vinha de Pernambuco até São Paulo, até São Miguel Paulista? Para que os Ermírio de Moraes fizessem uma enorme fábrica chamada Nitro Química – a fábrica mais maldita que teve, no Brasil, do ponto de vista da poluição. Eles fizeram uma fábrica que era na beira do rio Tietê. Imagina, a ferrovia começava lá no nordeste, e, em menos de 10 anos, mais de 10.000 trabalhadores foram trazidos de Pernambuco pra São Miguel Paulista, criando uma verdadeira cidade industrial, para fazer a fábrica de “rayon” – que era um tecido que chegava dos Estados Unidos. A água era retirada do rio Tietê, não se pagava nenhum tostão, e, depois, se devolvia aquele veneno; e ele construiu um verdadeiro império.

Aí, eles começaram a modificar o ramo de atividades – o alumínio, e depois, finalmente, pras hidroelétricas. Então, aqui, como tem as barragens produtoras de energia... Por exemplo, lá na região de Ibiúna eles têm duas barragens. Todo mundo que mora na região de Ibiúna, se mexer num galhinho de árvore, perde todos os seus direitos. Por quê? Qual é a teoria dos Ermírio de Moraes? Qualquer ramo, de árvore que for mexida, pode diminuir a quantidade de água na represa; e isso pode me trazer um prejuízo. Por isso que são feitas essas zonas de preservação ambiental – para preservar os interesses dessas barragens e desses barrageiros.

Então, esta é uma lógica que o regime militar, o Golpe de 1964, veio para preservar. Embora tenha muitos jovens aqui nesta sala, qual é o problema do Golpe Militar?

O Golpe Militar, a ditadura, como nós costumamos dizer, é proibido de se ensinar nas escolas; a única coisa que aparece – porque história do Brasil não se aprende na escola, no máximo chega até Getúlio Vargas; até ao Golpe Militar não se chega. E, quando chega, fala: “Em 1964, [não fala Golpe Militar] foi feita uma revolução no Brasil, e foi a época do milagre econômico e do desenvolvimentismo, e o Brasil cresceu pra sempre”.

Não se fala quantas pessoas foram mortas, quantas pessoas foram tiradas da terra, quantas pessoas foram presas e torturadas. Ninguém fala que 500 brasileiros foram assassinados, que 80 mil pessoas foram mortas; que os camponeses – na terra, foi jogada, até, bomba de napalm sobre os indígenas. Ninguém fala o que aconteceu nesses 21 anos.

Tinha uma figura, em São Paulo, chamada Auro de Moura Andrade, ele era senador. Tem até uma cidade, lá no Pontal do Paranapanema, que tem o nome dele – Andradina, por causa dele, Auro de Moura Andrade – esse foi o cara que ajudou a dar o Golpe. Sabe o que ele ganhou de presente dos militares? O direito de todas as terras devolutas – do Pontal do Paranapanema, do norte do Paraná e do sul do Mato Grosso.

O que são as terras devolutas? As terras que eram da União; e ele passou a emitir títulos. Por isso que Andradina se chama Andradina, por causa de Auro de Moura Andrade. Além, dele, ter feito uma campanha do ouro para o bem do Brasil – lá em São Paulo – e arrecadou 400 quilos de ouro em 15 dias, e levaram o dinheiro embora pra Europa...

Bom, só estou falando alguns aspectos. Mas a coisa mais importante, que eu gostaria, é que a gente também pudesse ouvi-los. Ouvi-los, para nós termos certeza que não é só o nosso companheiro que tanto agrada, aí, com uma nota de viola que conta, tão bem, a história aqui do Vale, do povo; nós gostaríamos de ouvir a todos, por isso que a gente veio aqui.

Obrigado. (Palmas.)

Nós trouxemos esse panfletinho, aqui. A gente tem mais, pelo menos um pra cada um. Isso aqui é um documento que mostra como mataram o povo no período da ditadura; tem um pra cada um.

**O SR. -** Eu vou anunciar aqui, a presença, também, do Coletivo de Educadoras e Educadores Quinze de Outubro; e, também, eu gostaria de chamar, pra vir até a Mesa, o sr. Jefferson Salles, do Ministério Público e da Comissão da Verdade do Paraná. (Palmas.)

Nesse momento, passar, aqui, para o Renato Simões, deputado federal e membro da Comissão da Verdade do Estado.

**O SR. RENATO SIMÕES** – **PT** – Bom pessoal, bom dia a todos, bom dia a todas.

**A AUDIÊNCIA –** Bom dia!

**O SR. RENATO SIMÕES** – **PT** – Um dia bom! Nós viemos trazer chuva aqui pra região, já tinha estado chovendo ontem, não é?

**O SR. –** Não.

**O SR. RENATO SIMÕES** – **PT** – Viemos trazer chuva, aqui, pra ver se o problema da água não complica.

Nós estamos muito contentes de poder voltar aqui. Eu acabo de assumir o mandato de deputado federal, no final ano passado. Nos últimos sete anos, eu estava sem mandato parlamentar, trabalhando em Brasília, na Secretaria de Movimentos Populares do meu partido – PT – e assumimos o mandato, agora no final do ano, nos incorporando à Comissão de Direitos Humanos e à reintegração da Comissão Parlamentar da Verdade.

Infelizmente, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, no ano passado, foi tomada por um grupo retrógrado, contrário aos direitos humanos, e que impediu o funcionamento da Comissão da Verdade. Então, aquela comissão que havia sido criada em 2011, não funcionou – aliás, 2012 – não funcionou em 2013, porque um grupo de parlamentares, que prega a ideia de que os direitos humanos são um atraso, tomou a comissão. E impediu que a Câmara dos Deputados fizesse isso, que o Adriano e os parlamentares que compõem a Comissão da Verdade Estadual estão fazendo em São Paulo. Que é um trabalho fundamental, como disse o Ivan, não apenas por curiosidade sobre o passado; mas porque, entender o passado, é que nos permite entender o presente.

Há 50 anos, atrás, foi dado um Golpe Militar, no Brasil, pra impedir reformas de base, que vinham sendo a orientação dos movimentos sociais daquele período.

No final dos anos 1950, começo dos anos 1960, havia uma forte luta operária, camponesa, estudantil, por grandes reformas estruturais no Brasil, entre elas a reforma agrária, mas que também tinha um componente anti-imperialista muito forte, porque o modelo de desenvolvimento dos anos 1950 colocou o Brasil totalmente dependente do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos.

Esta aliança – do imperialismo com pessoas empresariais contrárias às reformas, e os militares – com o apoio, infelizmente, de muitas pessoas, a imprensa apoiando, a igreja apoiando, várias pessoas conservadoras se unindo, resultou nessa grande noite de 21 anos, que concentrou renda, riqueza e poder na mão de uma pequena minoria.

 Então, evidentemente que os grupos econômicos – que apoiaram e financiaram o Golpe – aproveitaram esse período, de 21 anos, para construir um poder econômico-político que manda no Brasil, até hoje.

Seria impossível a gente imaginar a força dos Ermírio de Moraes, a força do Itaú, do Bradesco, a força das Organizações Globo, a força das empreiteiras – Camargo Correa, Odebrecht, Brasil Jet – sem o reconhecimento militar, porque foi durante o período militar, que se criou um grande útero materno para o grande capital se desenvolver, crescer e colocar os seus tentáculos em todo o país.

Esse modelo econômico concentrador só se manteve pela violência; e entender a violência é algo importante. Aqui, no Vale do Ribeira, houve muita luta de resistência. Daqui saíram pessoas que marcaram a história do Brasil; e, por isso, é importante que aquelas pessoas que foram tratadas, durante a ditadura militar, como terroristas, como comunistas que comiam criancinhas, como pessoas que cometeram crimes comuns – assassinos; ladrões de bancos – que eram apresentados, pelos meios de comunicação, como inimigos do Brasil, sejam resgatados na sua história.

Daqui, por exemplo, saiu Rubens Paiva, que quando jovem, na fazenda do pai, aqui no Vale do Ribeira, começou a sua trajetória de construtor de pontes. Nós estamos, agora, dando o nome de Rubens Paiva para a ponte Rio - Niterói, que e é a maior obra, a maior ponte do Brasil, e que foi construída, durante o regime militar, ao preço de muitas mortes de operários; e que leva, hoje, o nome do ditador que o agrediu.

Aqui, nós temos cartazes desse grande movimento para renomear aqueles espaços, que foram usurpados pela ditadura, para sua auto-homenagem. E a ponte Rio – Niterói, nós queremos que tenha o nome de um construtor de pontes.

Construtor de pontes, aqui do Vale do Ribeira – não essa última, que foi inaugurada aí (Risos.) – algumas mais antigas. E que, posteriormente, foi deputado, denunciou o Golpe, avisou do Golpe antes dele acontecer, porque fez uma CPI, no Congresso Nacional, para denunciar a ação de um grupo chamado Ibad – que reunia esses setores econômicos interessados, depois, na ditadura; e que foi da lista dos primeiros parlamentares cassados, preso irregularmente, sequestrado da sua casa, assassinado, e, ao que tudo indica, com seu corpo jogado na Baía da Guanabara.

Então, resgatar essas figuras, como resgatar o Lamarca, que talvez seja o cara mais odiado, que os militares cultivaram ao longo da sua história, e que conviveu aqui nessa região. Muitas vezes nós ouvíamos – quando eu vinha aqui, algumas vezes para discutir a lei que mudava os limites dos parques, para regularização dos quilombos – muitas vezes, a gente ouvia pessoas contarem da Repressão.

Hoje, talvez, nós vamos ter depoimentos aqui sobre essa fase. Por quê? Porque o Lamarca, quando vem pra essa região, ele sabia o potencial que essa região tinha, porque aqui se esconderam, durante séculos, negros escravos fugindo da escravidão, que construíram o conhecimento desse território. Quando a gente – quando me levaram, lá, na curva do rio, lá em Ivaporunduva pra ver, de longe se via que nasce... Aqui não chega gente desconhecida, não, porque, de longe, dava pra ver quando chegava barquinho atrás do pessoal fugido.

O Lamarca sabia desse conhecimento, da importância desse território; e aqui ele veio não só se esconder, fugindo da Repressão, mas esperando, dessa região, uma base de operação para a luta contra a ditadura.

Então, essas histórias do Vale do Ribeira, muita gente tem na sua memória, muita gente tem na sua história, muita gente ouviu, muita gente viu – mas pouca gente falou.

Então, contar essa história, mostrar que a história do Vale do Ribeira começa muito antes dos Ermírio de Moraes, contar que a história do Vale do Ribeira começa muito antes do uso econômico das suas terras. Contar, que o Vale do Ribeira, tem gente que o constrói – muito antes da constituição do mecanismo de controle social que, hoje, a região tem.

E esse é o objetivo das Comissões da Verdade.

E eu queria... Nós temos aqui, uma experiência em São Paulo, que é modelo no Brasil, porque o que faz a Comissão Estadual da Verdade, não conseguiu se fazer, muitas vezes, na Comissão Nacional. E por isso essa regionalização, muito importante, porque a ditadura não aconteceu só nos grandes centros urbanos, a ditadura não matou e prendeu e mudou o cotidiano só das grandes cidades, ela atingiu o cotidiano das pequenas cidades, do interior.

Ainda esta semana, eu estava em Votuporanga, e uma senhora lá, da minha idade, ela falou que ela começou a ter ciência, porque, quando ela era criança, em Paranaíba, ela viu uma enorme operação militar para prender filhos dos fazendeiros que faziam movimento estudantil no Rio de Janeiro, e que saíram, fugidos do Rio de Janeiro, pra se esconder nas fazendas dos pais, imaginando que estariam a salvo da Repressão.

E o cotidiano, daquela minúscula cidade, foi totalmente alterado por uma mega operação militar que vasculhou as fazendas, as matas, atrás desses estudantes. E eu, que não sabia onde ficava essa cidade, fiquei sabendo que ela teve o seu cotidiano totalmente dilacerado. E que, até hoje, pessoas que nem sabem direito o que aconteceu, não sabem das pessoas que foram presas, sabe o que aconteceu lá, porque nunca contou; e essa parte da história está protegida.

Então, nós estamos aqui para escrever partes da história que não foram escritas, pra contar histórias que não foram contadas, e para reconstruir um passado que vai ajudar a gente, no presente, a construir um futuro onde isso nunca mais aconteça; e, principalmente, que a gente possa realizar as grandes reformas que continuam travadas até hoje. A reforma agrária, a reforma urbana, a reforma política, a reforma tributária, a reforma da mídia, todas elas concentradas na mão de poucos grupos econômicos que a ditadura ajudou a construir.

Parabéns para todos nós que viemos aqui, porque cada um vai deixar a sua marquinha, mais uma vez, na história do Brasil, contando aquilo que, o Vale do Ribeira, tem pra contar sobre aquele período da nossa história.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR.** – Vou passar pro sr. Jefferson Salles, do Ministério Público do Paraná. (Palmas.)

**O SR. JEFFERSON SALLES** – Bom dia a todas e a todos.

**A AUDIÊNCIA –** Bom dia!

**O SR. JEFFERSON SALLES** – Meu nome é Jefferson, não estava preparado para falar pra toda gente, aqui. Eu estou trabalhando pro Ministério Público do Estado, sou professor da rede pública estadual do Paraná, professor de escola.

Não sou membro da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, mas sou colaborador, porque o coordenador do órgão que eu trabalho, no Ministério Público, é integrante da Comissão; e o trabalho – que ele é responsável, o qual eu muito humildemente, muito modestamente colaboro – refere-se à geração de direitos em prol do indígena, que já foi colocado aqui.

A gente veio, aqui, pra conhecer um pouco, eu e mais alguns colegas do Ministério Público do Paraná – os colegas (ininteligível) e Alexandra (ininteligível) – e o que a gente veio aqui fazer, é pra aprender um pouco, por isso eu queria conhecer as comissões, pra colaborar, com melhor qualidade, no nosso trabalho, lá.

E o que a gente viu, o que a gente tem visto lá, e talvez esteja relacionado aqui, é como que a ditadura – como empresários se aproveitaram de recursos da ditadura, pra expropriar terras.

Então lá, por exemplo, tem um grupo indígena chamado Xetá, e esse grupo indígena foi contatado, pela primeira vez, em 1946. É um grupo, então – como a gente ouve falar na Amazônia, de indígena não contatado – na região de Apucarana, no Paraná. Ele foi contatado, tinha uma empresa colonizadora chegando lá, chamava-se Cobrinco, e uma chamada (ininteligível).

Essa Cobrinco era de um senhor, era propriedade de um empresário paranaense chamado Martinez, e de um empresário paulista chamado Amador Aguiar, que é proprietário, se não me engano, do Bradesco. Esta terra estava sendo demarcada, tem um vínculo político de demarcação da terra Xetá, quando o Amador Aguiar se tornou dono dessa empresa, chamada Cobrinco, o processo que vai pra ação, foi imputado, e parou.

E o resultado, é que o grupo indígena que nunca tinha sido contatado, sumiu – estava só aquele grupo ali, que era de 250 pessoas, aproximadamente, mais outras aldeias próximas, mas sumiu. Pra vocês terem uma ideia, nesse assentamento, em 1946, imaginava-se 250 – tem imagens, fotografias, de antropólogos da época – e, em 1973, tinha oito! O resto foi morto.

E tem registros, que a Cobrinco e o Governo federal – que eles pegavam dinheiro do Governo federal pra colonizar a terra, que permitiam que o Governo federal tomasse conta da terra – que ela mesma, com jagunços, retiravam os índios; ou davam dinheiro, eles pagavam para os índios irem embora.

Então, eu acho que essa é uma forma de pensar – como que o apoio que a gente teve, com a comunidade, como uma expropriação de terra, porque a lei dizia, na época, que a terra devia ser dos índios, já estavam aqui – a lei da época dizia que era de quem estava trabalhando e morando nela, a lei do século XVIII.

Como projetos de desenvolvimento – como barragens; como o pinus, o grande inimigo que entrou no Paraná – não sei se ele começou pelo Paraná, ou por aqui; como a (ininteligível) de progresso expropriou uma quantia que pagavam, pelo menos, pros militares, que era o direito à propriedade. Que era produtivo. No caso dos índios, era um direito muito antigo, reconhecido desde a época que eles chegaram aqui, desde a época que os portugueses chegaram.

A gente veio aqui, pra conhecer um pouco, pra aprender um pouco e a gente (ininteligível).

Obrigado. (Aplausos.)

**O SR** – Agora o Grupo de Trabalho Sobre a Repressão no Campo, através do Sr. Gabriel Teixeira, falará conosco.

**O SR. GABRIEL TEIXEIRA** – Bom dia.

**A AUDIÊNCIA –** Bom dia!

**O SR. GABRIEL TEIXEIRA** – Vou falar brevemente, pra gente tentar não tomar muito tempo, mas primeiro dizer que pra gente, é uma grande felicidade estar aqui, com tantos episódios que aconteceram aqui e dizer que o Vale do Ribeira, como todo o estado de São Paulo, e o Brasil, também, sempre foi um lugar de muita luta e de muita organização.

Pra gente ver – como o Renato falava – uma das grandes reformas de base que tinha bastante força aqui, no estado de São Paulo, e que diz respeito diretamente à questão do campo, era a reforma agrária.

Por exemplo, já em 1940, 1946, já existiam líderes camponeses aqui em São Paulo, e tinha um aqui em Iguape; por exemplo, trabalhadores rurais, ribeirinhos, pescadores, lavradores que se organizavam na Liga Camponesa de Iguape, pra reivindicar por reforma agrária – isso, já em 1946 – pra gente ter noção do grau de mobilização que já existia.

Da mesma forma, existia Liga Camponesa lá perto do Paraná, no interior do Paraná com São Paulo, Mato Grosso do Sul. Então, existia muita mobilização – e esse foi um dos motivos do Golpe, um dos motivos do Golpe era acabar com essa ameaça, que reivindicava pra si, o direito e uso das terras de São Paulo, que eram os pequenos trabalhadores, camponeses, posseiros, na época.

Aqui, no Vale do Ribeira, ainda não existia a categoria quilombola, aqui todo mundo era conhecido como posseiro, mas todo mundo já estava na luta organizada (ininteligível) isso já em 1940.

Em 1964, a gente vê o Golpe; como o Adriano comentou, o Auro de Moura Andrade foi um dos caras responsáveis por grilar a terra do Pontal, fatiar e dividir pros seus companheiros. E, aqui no Vale do Ribeira, existiu a mesma coisa. De repente, você tem o Estado num papel significativo de estimular a grilagem de terra, então você assiste episódios onde juízes compactuam com a grilagem de terra, Polícia Militar compactuou com a grilagem de terra – isso aqui no Vale do Ribeira, em 1960, 1970, até a década de 1980.

A (ininteligível) vai poder mostrar, um pouco, de uma sistematização que a gente fez, em sete municípios do Vale do Ribeira, entre 1970 e 1980 – em sete municípios, a gente conseguiu levantar mais de 6.000 trabalhadores assassinados, ou que perderam suas terras, essa terra grilada, pra uma política consciente, e muito bem organizada, do Estado brasileiro.

Então, a CBA chega num momento desses, chega num momento de grande facilidade de estimular a grilagem de terras. E aí, todos os problemas que eu acho que vocês vão poder falar melhor do que qualquer um aqui, eu acho que isso é significativo, eu acho que uma parte de tudo que se assiste, se assistiu naquela época, todos os problemas que a gente vivencia hoje, têm uma origem, têm uma razão. E foi o Estado um personagem, um protagonista, muito importante.

Todos os conflitos indiretos, que eu acho que o Vale do Ribeira assistiu, os problemas que a gente assiste hoje, certamente têm sua raiz, também, lá atrás, com todas as facilidades, com toda a grilagem de terra. E a gente tem que pressionar pra que isso não aconteça.

Entender que essa grilagem teve a origem – como a Ângela falou; como a Sueli já falou – lá em 1500; a ditadura reforçou isso, e levou ao extremo; e que, hoje, a gente sente todos os impactos, todos os desdobramentos desse evento, como uma política de Estado.

Então, a gente sabe, por exemplo, quer que as terras do Vale do Ribeira sejam reconhecidas, que seus verdadeiros donos sejam reconhecidos, pra não dar conflitos.

Eu vou encerrar por aqui, vou passar pra Jalila, pra ela expor, e começa os depoimentos.

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. JALILA** – Bom pessoal, eu não vou falar muito tempo, prometo, porque a gente sabe o trabalho que dá pra abalar, todo mundo, até aqui.

A única coisa que eu vou fazer, porque o Gabriel falou bastante, é mostrar alguns mapas, pra vocês, que resumem um pouco todas as informações que a gente tem coletado, até o momento, pelo estado inteiro, com relação ao que se refere ao campo. Pra mostrar como a tutela da Repressão, que se iniciou – enfim, no campo a gente sabe que sempre teve violência, teve durante o Golpe, e continua tendo – mas é pra visualizar como, naquele momento, tem um grande aumento.

Porque foi um critério geral. O Estado dando o aval pra violência, mesmo, e basicamente, na questão da apropriação de terras. Então eu vou mostrar aqui. Vamos agilizar!

Olha só, esse mapa aqui: aqui é o estado de São Paulo. Esse mapa aqui, em amarelinho, é sobre questões de trabalho, trabalhistas, com sindicatos, etc. Coisas quando o trabalho já está utilizado, e ele demonstra que o patrão não estava aceitando do trabalhador.

Antes da ditadura, aqui. Olha ali, quanto maior o círculo, maior a quantidade de casos registrados. Olha aqui, durante a ditadura; e claro, depois da ditadura, a coisa se mantém – porque são estruturas que passam a se instalar naquele momento.

Então aqui, por exemplo, que é a região de Ribeirão Preto, é a cana de açúcar, os usineiros, o (ininteligível) estimulou muito a questão da cana de açúcar, a produção de açúcar e álcool. E aí, então, falta o quê? Falta o trabalhador assalariado, o boia-fria, superexplorado; então, se nota aqui, a superexploração de trabalhadores.

Esse aqui é um mapa que é interessante... Espera um pouco, eu acho que pulou um... Mais pra frente.

**O SR. -**  Mais um?

**A SRA. JALILA** – Então, volta, volta um. Ah, está aí! Esse é bacana, porque olha só, em vermelho – os círculos vermelhos estão indicando violência física: tortura...

**O SR. -** (Ininteligível.)

(Palmas.)

**O SR.** – Ela acabou abrindo um caminho em São Paulo, e eu estou aqui um pouco por causa disso, e também o projeto de lei do Ailton Ferreira, que conseguiu iniciar o conceito do antigo Parque de Jacupiranga, que eu vou falar um pouquinho (ininteligível). É muita responsabilidade, queria agradecer a você, agradecer à irmã Sueli, porque a gente acompanha os trabalhos da Comissão da Verdade, (ininteligível) e eu acho, até, que demorou um pouco. Na África do Sul foi mais rápido, os torturadores e os torturados se encontraram, eles fizeram pedir perdão. No Brasil demorou um pouco, mas que bom que tem a Comissão da Verdade.

E para esclarecer as operações da ditadura militar. O Brasil, que vinha do governo João Goulart, é um país que respeitava a cultura do povo, ou como eram organizados. Vêm os militares, com apoio dos americanos e dos empresários, infelizmente, o desejo de liberdade estava por cima. Essa semana mesmo, foram só (ininteligível), a Odebrecht por cima, essas empreiteiras todas, mas a gente tem que continuar na luta, que batalhou para que as partes tenham direito.

Pra minha apresentação, eu estou aqui porque eu trabalho no Parque Estadual do Rio Turvo e trabalho em parques, é até uma satisfação estar aqui, mas o pessoal que conhece a gente, sabe de que lado a gente está. Nós estamos do lado da conservação da natureza, da conservação da cultura, respeitando a sociedade.

E a gente sabe, muito bem, que o Vale do Ribeira só tem a floresta conservada, e um dos principais motivos é porque os posseiros, os agricultores, mantém a floresta em pé; e a própria prática da agricultura de pousio, que ela ajuda na biodiversidade e na conservação. E tem, também, a coisa do clima e da topografia, mas a existência dos agricultores é que mantém a floresta em pé, porque o Vale do Ribeira tem 60%, mais ou menos, de mata, e os 40% que estão desmatados é fazenda de gado, é beira de rio.

Então, onde tem posseiro e agricultor, você tem floresta e você tem palmito, porque os grandes plantadores de palmito – é só você andar na estrada que vai pra André Lopes, que vai pra Iporanga, vai passar ali no Sapatu, no André Lopes – onde tem juçara são os quilombolas que plantam, em barquinhas, assim, também, nós que temos a palmeira juçara, ela tem uma importância pra nós.

E eu estou aqui, porque eu acabei trabalhando – eu fui trabalhar no Parque Estadual do Jacupiranga; na minha época eu fui do movimento estudantil; eu sou de esquerda, e admirava muito a luta da Vanguarda Popular Revolucionária, e tinha uma admiração pelo Carlos Lamarca, que eu fui apresentado antes de vir aqui, na década de 1980. E vi, ele, até uma vez que eu fui pra Bauru de trem, e marcou muito a minha vida.

E depois disso, eu vim trabalhar no Vale do Ribeira; e, no ano de 2004, eu fui trabalhar no Parque Estadual do Jacupiranga, e o Parque Estadual do Jacupiranga ele tem um... Ele vai de Cananéia até Iporanga, e tem um lugar chamado Capelinha, que é dentro do Parque Estadual do Jacupiranga, e a VPR comprou o sítio do Maneco de Lima, que foi ex-prefeito de Jacupiranga. A história conta que eles estavam à procura de um espaço pra treinamento, pra capacitar os guerrilheiros, e eles vão comprar esse sítio do Maneco de Lima, ali na Capelinha, que já era Parque Estadual do Jacupiranga.

E no ano de 2004, eu fui trabalhar lá, e nós sempre tivemos a ideia de resgatar toda a história do Lamarca, porque, pra nós, ele é um herói, porque ele vai abandonar uma carreira brilhante no exército – ele era capitão do exército, serviu no Panamá, era um dos melhores atiradores do exército, era um homem muito inteligente – e ele vai abandonar uma carreira, que seria de riqueza, pra lutar contra aquele regime que oprimia o povo.

Então, ele muda um caminho tranquilo, pra seguir uma senda, um caminho de dificuldade, de muito espinho, de muita luta, pra defender o povo brasileiro das atrocidades do regime militar.

E aí, a gente vai trabalhar lá na Capelinha e nós, a região onde o Lamarca constrói o aparelho da VPR, da Vanguarda Popular Revolucionária, é dentro do prédio. E como o companheiro Ivan falou, nós sempre ouvimos muitas histórias dos vanguardistas, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos moradores do Capelinha, que ali houve, sim, um bombardeio, que o exército bombardeou, que a marinha com helicópteros, a aeronáutica com os aviões.

E recentemente o sr. Manuel, que hoje – ele é xará do Maneco de Lima – que era o dono do sítio (quero mostrar uma foto aí), o dono do sítio, que apareceu algumas semanas atrás, ele achou – pelo menos uma bomba ele achou, e entregou para o exército – ele sabe de mais uma, e tem lá, muito próximo à sede do parque, onde a gente fez o memorial pra resgatar a memória do Lamarca, misturada, um pouco, a história do Lamarca e da Mata Atlântica, tem até o bombardeio.

O Adilson, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, conta que, quando ele era guri, ele ficava sentado nos morros em 1969, 1970, na época do bombardeio, ele ficava sentado no morro – porque a Capelinha, se você senta no morro, você chega a enxergar até casa aqui, lá de longe.

Aí, ele conta uma história assim, pra confirmar a história dos bombardeios, ele ficava sentado num morro, ele via, lá longe, quatro besouros – pareciam quatro besourões – e vinham descendo, descendo, descendo, passavam em cima da casa dele, e as bombas comiam. E aí, quem tava embaixo? Tinha posseiro, lá – o pessoal, conta que isso aterrorizava a comunidade. Isso aconteceu mesmo.

E, aí, o que nós fizemos? Nós sabemos a história do Lamarca, conhecemos a história do lugar, e trabalhamos pra tentar fazer um acordo com os posseiros, lá, pra gente poder, amigavelmente, conseguiu recurso, de imediato, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, houve a indenização dos posseiros que estavam lá, e a gente tirou um núcleo que, lá, tem a história do Lamarca. Que lá tem uma (ininteligível) muito grande, que é importante pro Lamarca, e lá foram encontrados fósseis humanos mais antigos do estado de São Paulo, datados de 10 mil anos. Então, nós fizemos um centro de exposições, um sítio arqueológico do Alto da Capelinha, e lá tem as marcas da passagem do Lamarca.

Lá tem a Cachoeira Noiva do Capitão, caverna do Lamarca, a coxia do Lamarca, então nós estamos um pouco, como o Renato falou, aqui. Como em Cajati, a passagem do Lamarca, com as pessoas que a gente conversa, ela é muito positiva, as pessoas falam que ele era um homem bom, que ele era generoso na venda – além de pagar as contas dele, ele comprava as coisas pros posseiros. A história – que o pessoal conta – é isso, sr. Miguel, o Luiz Vieira... Lá tem um monte de gente que conhece a história do Lamarca, no bairro Capelinha.

Eu vou me limitar mais a isso, porque eu não tenho conhecimento de toda a Repressão que teve no Vale. A gente sabe que a região foi cercada por mais de 5.000 policiais, que o sr. Maneco de Lima e a família dele sofreu muito, que a mulher do Zé Mendes, prefeito de Registro – o Zé Mendes, mesmo, foi perseguido; a esposa dele sofreu, até, após o momento de ter um filho. Então, quem teve relação com o Lamarca sofreu repressão, mas eu não consigo dizer, como a gente diz, agora.

 Vou passar um pouquinho (ininteligível), o Nóbrega, capitão Nóbrega, que era sargento na época, e agora foi promovido a capitão, o capitão Nóbrega, que agora...

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Ele foi convidado, mas não pode vir.

**O SR. -** O Nóbrega, infelizmente, foi embora do Vale. Até hoje, eu não sei do Neto... Estão me falando que ele mudou.

O Nóbrega – por que a gente fez um memorial? Um pedaço do nosso museu tem um texto do Nóbrega, e ele fala da passagem do Lamarca aqui, a história do bombardeio, ele conta a história da fuga, da expropriação do caminhão, lá em Eldorado, o cerco do Eldorado, do tiroteio do Eldorado, eu vou passar uma caixa aí – tem umas imagens, aí.

Então, esse Centro de Exposições era a casa de um agricultor, que nós negociamos com recursos da recuperação ambiental, e aí é o centro de exposições. E esse é o dia que a gente recebe muitas escolas, lá – essa foto é importante, porque as crianças vão ter relação com a história do Lamarca, porque, na entrada do Centro, já tem o busto do Lamarca. Essa é a entrada do museu. Ali, tem aquela foto do Lamarca ensinando tiro pros – é uma foto famosa, uma das poucas fotos que tem o Lamarca – ele ensinando tiro pros funcionários do Bradesco, pra eles aprenderem atirar. Aí, é a entrada do museu. Essa foto é histórica, a banda de Cajati e o busto do capitão Carlos Lamarca – o busto foi feito por moradores de Cajati, uma doação da comunidade. Aí a cachoeira, Noiva do Capitão; e essa foto, aqui no canto esquerdo, é uma foto da caverna que a gente batizou de Caverna do Lamarca; e ali, aquela foto do museu, num dos seus atrativos, e a principal foto é do capitão Carlos Lamarca, que abre e fecha a exposição.

Então, isso completa a história de um herói pra nós. Ali, as crianças tiram foto do busto e aqui, no canto esquerdo é o painel, painel do Lamarca, fica dentro do museu; e ali é o museu que a criançada entra. O museu tem coisa da Mata Atlântica, água, floresta, os bichos – os bichos feitos de barro. E a criançada vai percorrer o museu e passar pelo painel do capitão Carlos Lamarca. Aqui, é em cima da cachoeira Noiva do Capitão; então o visitante que vai lá, o tempo todo, ele tem relação com essa parte da história.

Aqui, Gabriel, Renato e Ivan, que são os... Esse rancho, aqui, é exatamente próximo àquela segunda margem, que tem a que era o rancho do... E a outra margem... Aqui, é o lugar exato do aparelho; o sítio do Maneco é esse aqui.

E essa aqui é a cachoeira, segundo a lenda consta, o grupo da VPR se banhava; ela estava jogando com caneca. E aí, esse era o mapa da rota de fuga, o Lamarca sai por cima da Capelinha, e vai sair no Areado, e, aí, vai chegar a Eldorado. Conta o cerco, o tiroteio; e a história se modifica para São Miguel. E aqui, uma foto pra mostrar a capela, nosso sentido religioso, e tal. E ali, são os atrativos que têm no núcleo.

Hoje aqui, no meu depoimento, eu não sabia nem que tinha uma importância tão grande, esse depoimento na Comissão da Verdade. Nós, a nossa contribuição desse pedaço da história, não estou exagerando, é (ininteligível). Nos últimos dois anos, de abertura, a gente tem contado a história do lado dos guerrilheiros, do lado de quem lutou pra construir uma vida melhor, um país melhor.

Então, a gente acha que essa é a forma de contribuir com a Comissão da Verdade, porque a passagem do Lamarca pelo Vale, pelo menos num período da história, vai transformar o Vale numa região visível, porque em 1970, ou 1971, até vai instalar o governo em Registro, a Sudelpa recebe recursos, você tem a criação das Ueapi. O Governo Militar, pra tentar contrapor um pouco a importância do Lamarca na região, vai fazer investimento aqui; então, eu acho que esse, também, é o legado que ele deixou, e a gente que tem que deixar registrado. Tem muita coisa, que tem no Vale, por causa da presença da VPR no Vale do Ribeira.

Eu acho que era mais ou menos isso, e queria agradecer, era o que eu tinha pra falar... Tentando conseguir agradecer muito, porque eu que estou – eu que atuo no meio ambiente, que atuo nos parques... Mas a gente está aí, junto na luta por um meio ambiente mais justo.

Semana retrasada, nós junto – tem que falar – junto com o (ininteligível), com o ISA, o povo do Guapiruvu, os quilombolas, a Defensoria Pública, derrotamos o Governo do Estado em mais uma tentativa de criar um parque sem ouvir a sociedade.

Então, estamos aqui. E acho que está bom.

Obrigado, e... (Palmas.)

Vale a pena ir lá, você pode passar as fotos, só para o pessoal ter uma ideia? Aí, é o núcleo; as cachoeiras... Vale a pena ir lá, porque é muito legal.

Essa história a gente tem orgulho de contar, e os monitores têm orgulho de contar, os monitores, lá, leem esse livro aqui, é obrigação dos funcionários lerem esse livro; é obrigação. Eles leem os livros, e aí tem a história do homem da Capelinha, tem a cachoeira para o povo se banhar, então vale a pena visitar. É isso aí.

Ousar lutar, ousar vencer! É isso aí. (Palmas.)

(Ininteligível.)

**O SR. -**  Eu queria, Ocimar, eu queria uma cópia desse arquivo, que eu vou mandar para o filho do Lamarca, pro César, acho que ele vai gostar muito de saber disso.

**O SR.** – Vou estar aqui, falando um pouquinho, também, com vocês, porque contribuindo na construção dessa audiência pública, está a Apeosp – o Sindicato dos Professores; a subsede do Vale do Ribeira. E deve passar na cabeça de alguém, assim: “Nossa, mas o que o sindicato dos professores tem a ver com isso?” Não é?

E tem a ver, porque a Educação também sofreu a influência do período da ditadura militar. Então, hoje, que nós lutamos para que haja um ensino voltado, justamente, para cada tipo de comunidade – por exemplo, o ensino caiçara, o ensino quilombola – onde essas comunidades têm a sua cultura sendo valorizada.

Hoje em dia, no estado de São Paulo, nós temos um currículo que é voltado para uma cultura global, querendo transformar todos iguais, sendo que nós temos nossas diferenças culturais, e nos orgulhamos das nossas riquezas culturais; então, isso é o porquê do sindicato dos professores estar contribuindo, junto a esta audiência pública.

**O SR.** – Nós daremos uma pausa, agora, nós vamos fazer um café, e reestruturar enquanto isso; nós vamos reestruturar a sala, as cadeiras, porque tem gente do lado de fora. Então, nós vamos fazer essa pausa, justamente para a gente reorganizar o local. Mas peço para que não se dispersem, para que não vão embora, porque há muito depoimento, ainda, para ser feito, muita coisa boa. Que o café seja breve. Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Vamos ensinar pra Comissão da Verdade, pros deputados, quais são os nossos gritos, aqui do Vale do Ribeira.

**A AUDIÊNCIA -** (Plateia participando com um grito, ininteligível.)

(Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Queremos registrar, também, a presença do Guilherme Barbosa. (Palmas.)

Guilherme Barbosa, também, tem uma importância muito grande na caminhada da nossa história. Ele foi o primeiro arqueólogo a vir fazer o laudo antropológico das comunidades de Praia Grande, São Pedro e Ivaporunduva; e foi o laudo dele que deu base pra todo... (Palmas.)

Queremos, também, registrar a presença da Universidade Federal do Paraná. (Palmas.)

Também a presença da USP, que é de – não sei se é – São Paulo. (Palmas.)

Cabesp. (Palmas.)

Registramos, também, a presença do padre Joca, padre quilombola. (Palmas.)

E do irmão Ivo. (Palmas.)

O vereador Claudinei José, de Itaberaba. (Palmas.)

(Ininteligível) Registro. (Palmas.)

Ponto de Memória Caboclo de Iporanga, bairro Serra. (Palmas.)

Rede Mocambo. (Aplausos.)

E próxima, a Serra, também de Iporanga. (Palmas.)

Mais duas comunidades chegaram: o Quilombo de Peropava, que é do Município de Registro. (Palmas.)

E da comunidade, que está iniciando a sua organização, Córrego da Onça, que é da Barra do Turvo. (Palmas.)

Se for pelo espetáculo de vida que nós tivemos agora de manhã, acho que já deu pra perceber que a história do Lamarca, no Vale do Ribeira, também é uma história que fazem um esforço danado para ficar na invisibilidade, é um esforço muito grande para manter esquecida.

Só quando se recupera a nossa história, quando a gente escreve a nossa história, é que podemos construir uma nova história.

Então, é importante esse momento que agora nós passamos – ouvir o depoimento dos representantes das comunidades, pessoas que fazem dessa história secular, e pessoas que hoje, ainda, estão vivendo dentro desse regime, que é o regime de morte. E nós queremos um regime de?

**A AUDIÊNCIA –** Liberdade!

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** De liberdade. De vida plena. Vida plena com liberdade, podendo utilizar os recursos, podendo cumprir os nossos deveres, mas, também, que seja garantido os nossos direitos.

Então, para começar a parte dos depoimentos, eu ainda queria registrar que este evento está acontecendo em parceria com a Comissão da Verdade, além da Apeosp, e Eaacone – Equipe de Articulação e de Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira – porque nós acreditamos que a história nos pertence, e nós queremos essa história do jeito que ela foi vivida, e que seja contada nos seus verdadeiros fatos.

Então a gente chamaria aqui, pra começar os depoimentos, o sr. Antoninho, Toninho Ursulino, da comunidade de Bombas, município de Iporanga. (Palmas.)

**O SR. TONINNHO URSULINO** – Em primeiro lugar, a gente tem muito prazer em contar a história pra vocês.

A nossa família aí, feliz, até dos nossos antigos estão falando, então, a gente tem muitas coisas pra contar.

Vida boa, nesse momento, mas a gente tem muita recordação do tempo que o bisavô, que o avô, contavam. É isso que é a luta. Há dez anos que a gente batalha, contando essas histórias, mas até hoje essa história já tem passado, não lembro exatamente quando foi feito... Foi feito nada, cresceu muita coisa, muita coisa...

Então, tanto faz os quilombolas, como os indígenas, tem muitos anos, 300 anos de família. Então hoje, com esse histórico aí, a gente, talvez, vive correndo atrás do reconhecimento, há muito tempo. E também, com esses tantos anos de histórico ainda, nada está acontecendo – porque está acontecendo um grande abuso, e, mais abuso, no povo que tem o direito – e nada acontecendo.

Então, é isso a correria que nós, há muitos anos, todos os quilombolas e os tradicionais, que tinham direito a terra, não só eu como todo o povo, então é por isso que eu estou reunindo aqui, hoje, que os outros não puderam vir, mas a gente quer saber como que está, como que está essa... Essa... Correria, que a gente correndo, há muito tempo atrás, muito tempo, a gente é abusada – abusada pelo Governo (ininteligível). “Pelo Governo, não foi abuso”. “Não chega até o Governo, não chega até o Governo”. Mas eu acho que deve chegar, sim, porque... Então, é isso que a gente... Não só eu como todo esse povo com angústia, com entendimento e sabedoria.

Agradeço, aqui, os senhores também, porque, com certeza, o povo que está aqui, não está à toa, ninguém está à toa. Então, a correria, que é pra haver o entendimento, e saber o que nós estamos passando, também. Nós somos família, no tempo dos nossos escravos, a Incra, ali também... (ininteligível)... a gente apanhava.

Apanhava no tempo da escravidão, não foi por nossa culpa que nós viemos, colocaram a gente como bichos; acontecesse o que acontecesse estava tudo bem, pra eles, apanhavam, tudo estava bem, mas pra nós não estava bem, não foi do nosso gosto que nós viemos trazidos pelos carrascos, no tempo da escravidão. Então, nós temos que ter nossos direitos de cidadão e também nós precisamos dos cadastros, porque hoje nós, a gente vai passando, andando, andando, pelas nossas comunidades, os cadastros que tem hoje, não pode... (ininteligível). Não está, muito, adiantando os cadastros que tem hoje. Só tem cadastro na época das campanhas.

Então é isso aí companheiro, foi morto tudo. (Ininteligível.) Então, a gente queria que isso não acontecesse mais. É isso aí.

**O SR. –** Cadastro a cada quatro anos? (Risos.)

**O SR. TONINHO URSULINO** – É. (Risos.) Então a gente está muito tempo com esse povo, aqui, correndo atrás do esquecimento, a situação, os nossos direitos.

E, também, algum cadastro que tem, a gente gostaria que tivesse alguma solução, se não a comunidade, aonde tem o cadastro... (Ininteligível.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Que cadastro? Fala logo, pra ele.

**O SR. TONINHO URSULINO** – Cadastro como de cortador, capinador...

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Essa marca, essa marca no rosto?

**O SR. TONINHO URSULINO** – Trinta pessoas, Porto Velho esteve junto pra ajudar, 30 pessoas da comunidade, quem pode ajudar, pode, quem não pode. Então, tinha o cadastro, e morava perto – ninguém podia passar por ali. Fizeram a mudança, em agosto fizeram a mudança desse caminho, e nessa mudança, cada mudança aconteceu (ininteligível) no meio do caminho.

Então, como o carrasco não deixava passar quem estava (ininteligível), a pessoa que estava perto deles, eles atacaram, na primeira e na segunda, então é isso aí, nós estamos com essa dificuldade, com essas duas casas onde moram os valentes, perigosos. Então, é isso aí, o único que prejudica a nós, é isso aí; trabalho lá na comunidade, pra nós, são humildes; dão duro e estão lutando pra conseguir essas coisas...

Então, os índios estão muito contentes, e esperamos para todos os senhores que trabalhem e que encontrem uma solução, que todas essas coisas nós podemos contar com uma solução, porque nós vivemos... O estado já fez um acordo com a gente, três vezes, três ou quatro vezes, tanto acordo que é feito e que nada resolveu, parece brincadeira, durante quase quatro anos, só os acordos que saía, só fizeram abuso pra nós, e nada aconteceu, nada aconteceu.

Quando mataram as pessoas, até os que pegaram aquela bola, chutaram pra longe. Só abuso com a gente quilombola, então muito abuso. Nós temos um passado de muita dor; muito abuso. (Ininteligível) É isso aí. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Obrigada, senhor Toninho. A comunidade Bombas, ela tem o RPC – Relatório Técnico-Científico, elaborado pelo Ipesp, desde 2002.

**A SRA. –** E, esse tempo, está na lista de espera...

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Esses (ininteligível), que, inclusive, é da família do Sr. Toninho, provavelmente está (ininteligível) por gente que tem outros interesses na área, pra criar confusão dentro da área; e o Sr. Toninho foi vítima dessa impunidade, até cerca de 20 dias atrás.

Atenção, o Sr. Toninho foi vítima no dia 9 de agosto do ano passado, há cerca de 20 dias atrás eu fui ao fórum e isso, ainda, não se tornou processo. O inquérito policial não virou processo, ainda, pra apurar a agressão que foi tentativa de homicídio, tentativa de homicídio! Até hoje, pra gente ver como o Poder Judiciário, também, é conivente com toda essa política de despovoação das nossas comunidades.

Ainda mais, pra completar, ficamos mais de três anos negociando com a Fundação Florestal, pra poder retirar o parque aqui da comunidade, porque quando veio o parque, a comunidade já estava lá, o parque que invadiu a comunidade. Depois de três anos de negociação, a negociação foi aceita, desde que eles abrissem mão de quase metade do território deles. O estado, aqui, no Vale do Ribeira, negocia direito... Abrir mão de – local de – para reconhecer a outra parte.

A proposta da comunidade, é que pelo menos houvesse uma estrada por parte do estado, porque é uma comunidade que, em pleno século XXI, não tem acesso, é a comunidade quilombola com maior dificuldade de acesso. Pra chegar ao primeiro núcleo, a gente leva de três horas, eu levo mais, é porque é, só, pedido novo.

Depois de três anos de negociação, quando eles já tinham, até, aberto mão dos direitos deles, a equipe que estava na reunião negociando pra por no papel, o acordo, foi demitida, por telefone, pelo chefe da Fundação Florestal.

**A SRA**. – Qual é o nome do parque que é instalado, lá? É o Petar?

**A SRA**. – É o Petar. Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira. Em 1958 ele foi feito.

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Em 1958. Aí, estava dizendo que, agora, já foi feito o acordo – todas as unidades de conservação vão ter que se adaptar. A população não tem direito à terra, mas a empresa, tem.

**A SRA. –** E o chefe que demitiu o povo é o Ratazana. Inclusive, o apelido partiu da ditadura militar. O Ratazana matou muita gente durante a ditadura, e agora, quer acabar com as comunidades quilombolas tradicionais.

(Ininteligível.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Enquanto nós estávamos negociando, a (ininteligível) que foi a roça do Sr. Toninho, e a roça do presidente da Associação foram multadas, multa ambiental; foi multado porque era roça de subsistência, um foi multado em seis mil e o outro foi multado em 18 mil, sendo que eles passaram por várias roças, até chegar na roça das duas lideranças fortes da comunidade, e as duas lideranças é que foram multadas.

Acho que a gente tem mais coisas pra ouvir, então vamos cumprimentar o Dauro, da Juréia. (Palmas.)

**O SR. DAURO PRADO** – Obrigado. O meu nome é Dauro, sou caiçara, quero agradecer à Dra. Sueli, pelo convite, agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês, e contar um pouco da minha história, da nossa história, da história dos caiçaras.

Eu sou da Juréia, sou do município de Iguape, e caiçaras são povos que moram na beira do mar, e vivem na beira do mar, da pesca, do extrativismo, da agricultura de subsistência, itinerantes, do fandango, da música e da dança, constroem seus próprios instrumentos, e essa mistura de indígena, europeus e dos negros trazidos de África – dessa mistura é que saiu o caiçara. Uma mistura rica na cultura, no conhecimento, no saber, na luta.

Bom, a minha história é a seguinte, eu morava na Juréia, com meus tataravós, bisavós, meus avós, meu pai, minha mãe, nascemos todos lá. Tem um laudo, na verdade tem um estudo antropológico, que conta que a família Prado tem oito gerações lá – nossos ambientalistas falam que a gente é invasor.

Então, na década de 1980, na verdade de 1970, 1960, os primeiros invasores foram da especulação imobiliária.

Daí, eles levaram o cartório de Iguape na casa da minha avó, e a obrigaram a vender a terra dela, ela tinha escritura, escritura do tempo da coroa e falaram, “Olha dona Joana, a senhora tem que vender a sua terra, porque a senhora não vai conseguir pagar os seus impostos, que os impostos estão muito caros... Se a senhora não vender pra gente outros caras vão vir pegar e tal”.

Em seguida, esse pessoal do cartório, nem escrever ela sabia, e colocaram o dedo dela na bandejinha de cartão, botaram o nome na nota, e a pessoa que assinou a nota, falou: “Olha, amanhã a gente volta aqui, pra trazer o dinheiro” – mentira! Deram pra ela um pouco de remédio, meu pai chama de lombrigueira, que é remédio pra vermes, e um pouco de fortificante, vamos dizer assim, e uma comprinha pra ela, foi isso. Então, tinha 600 alqueires de terra, pegaram.

Nessa época eu não existia, meu pai era jovem, ainda, enfrentou um pouco essa questão. Foram vendendo todas as terras, trocando – meu pai fala: “Trocando a preço de banana”. E, em seguida, todos esses caras, que compraram essas terras, começaram a colocar jagunços armados e pressionaram de tal forma, que tinha um cara lá, um tal de Zuza, que era o jagunço mais bravo que tinha, que andava queimando a casa das pessoas, e aí expulsou várias famílias, esvaziou a comunidade; e meu pai teve que se retirar um pouco dessa comunidade “Nossa Frente, Nossa Voz”, depois eles voltaram de novo, porque esse cara foi embora e eles voltaram pra comunidade.

Na década de 1970 – 1979, a Gomes de Almeida Fernandes, que é uma empresa de São Paulo, inclusive têm um prédio na Avenida Paulista, maravilhoso. Gomes de Almeida Fernandes é uma construtora, de mão de obra, ia construir uma cidade pra 70 mil habitantes. Contratou uma empresa suíça, que ia fazer toda essa construção. Veio a topografia, começou a cortar a terra, começamos a brigar, dissemos que ali era nossa propriedade, que eles não podiam pegar e eles disseram: “Não, a terra é nossa, a gente tem a escritura, a gente comprou, a terra é nossa e a gente vai fazer, aqui, uma cidade”.

Quando chegou em 1975, na verdade em 1979, apareceram algumas pessoas de uma empresa que se chama Empresa Nuclear Brasileira – que é a Nuclebrás – querendo criar ali uma...

Primeiro, a Gomes de Almeida Fernandes fez um acordo, com o Governo do estado, dessa área de 600 alqueires de terra; eles deram 25% – que a terra da a Juréia é muito leve, tombou pra compensar a área de erosão – essa terra eles deram pro estado, e a outra área eles lotearam, tudo, pra fazer a cidade, que já era do estado, e eles deram pro estado.

Em seguida, chegou a Nuclebrás, a gente chama de o segundo jagunço, porque veio a (ininteligível), depois veio a Nuclebrás, com o projeto nuclear, muito maquinário; a Sudelpa, na época, que fazia a concessão das estradas, para a Superintendência Estadual. Isso foi de 1980 até 1984, mais ou menos.

E quando chegou em 1984, começou a aparecer alguns fotógrafos, no caso o Araquém Alcântara, o pai dele, Quequinho, o Zwarg, de Itanhaém – algumas pessoas, pra trazer uma passeata, dizendo que iam construir uma usina atômica aí, vão destruir toda a terra, e precisava documentar, nós estávamos estava na luta já, da população, contra, então entramos com esse pessoal.

Lutando contra essa usina nuclear, porque eles falaram que se tivesse vazamento, matava todo mundo, até São Paulo morria, até o povo de São Paulo morria. Então nós fizemos várias passeatas, rodamos vários santinhos do Iguape, que é a imagem pra proteger, a imagem do Bom Jesus de Iguape colocou na praia do Uma, que era pra proteger a população.

Eles fizeram várias miniaturas, e a gente saiu rolando pela cachoeira, dizendo que aquilo, ali, ia proteger a Juréia, e impedir de... E, construir, ali, um santuário ecológico. Santuário ecológico para proteger as comunidades tradicionais, pra garantir aquela população ali, pra tirar toda a (Ininteligível), pra tirar a usina atômica e pra deixar a comunidade lá...

Inclusive a casa dos veranistas ia ficar pra comunidade caiçara, então nós abraçamos esse pessoal, comia na nossa casa, dormia na nossa casa, jantava, tomava café, ia pra mata fazer pesquisa; e quando chegou em 1986, criaram a Estação Ecológica da Juréia. Não sabia o que era isso.

Em 1987, eles proibiram todas as atividades das comunidades, a roça, a pesca, a caça, tudo! Qualquer coisa que você fazia, que o caiçara fazia, foi proibida tudo, era tudo crime ambiental. Por que é crime? É crime porque você fez um dano ambiental, você derrubou uma roça – mas o povo brasileiro, as comunidades tradicionais vivem exatamente disso, e faz isso há centenas de anos – era nossa vida fazer roça, pescar, tirar o palmito, tirar a caxeta, tirar o pó pra fazer a canoa, pra fazer o remo, pra fazer o pilão, pra fazer a rede; o caiçara que constrói o seu sistema de pesca, ele constrói sua casa, ele não depende lá da cidade. Não só caiçara, o quilombola, o indígena, (ininteligível). Eu falo isso, porque eu trabalho num departamento da Comissão Nacional, de povos das culturas tradicionais, e dentro dessa comissão nós temos 16 segmentos da sociedade civil, inclusive da comunidade caiçara. E com isso, a gente acaba conhecendo vários povos brasileiros, que vivem na Amazônia, no norte e nordeste, sul, sudeste, e o modo de vida deles é cuidar do meio ambiente, porque ele cuida, porque ele depende, então, ele precisa cuidar daquilo que ele usa.

Então criaram essa Estação Ecológica. Chegou lá Capobianco, Mário Mantovani, Paulo Nogueira Neto, Fábio Feldmann, Ricardo Tripoli, Fausto Pires de Campos, Italo Pompeo Mazzarella, se eu for falar o nome de todos, aqui, eu tenho uma lista que não vai caber.

Tem Sr. Lino; Zé Bento, Zé Bento foi o primeiro que chegou, jovenzinho, tirando foto da comunidade, falou, assim, uns negócios pra comunidade e a gente trabalhou de graça, carregou pedra nas costas, telha, madeira e construiu lá, o alojamento, pra (ininteligível) na margem da cachoeira. Ele andou com meu pai por três dias, e falou: “Onde que pode fazer uma casa aqui, pra ser alojamento?” Meu pai levou, ele, no melhor lugar, ele queria, porque queria bem na beira da (ininteligível), e meu pai falou: “Aqui não pode, porque, quando chove, isso aqui arrasta tudo. E a água vai chegar aqui, está vendo aquele galho da árvore? Ta vendo aquelas folhas no galho da árvore, a água sobe até onde tem as folhas secas, lá em cima”, foram até mostrar o lugar pra ele. E ele: “Aqui dá pra fazer?” “Aqui dá pra fazer, mas ainda há risco de alagamento”.

Construíram logo a casa, onde eles redesenharam a Estação Ecológica, onde eles tinham o pesquisador, na beira do rio (ininteligível.), inclusive essa casa está lá até hoje, caída, abandonada, vários dos painéis, que eram madeira Eucatex, eu acho que é de lã de vidro, caiu tudo dentro do rio.

Tinha... É a cachoeira mais bonita da Juréia, a Rio Verde, são mais de cinco cachoeiras e a mais bonita é a do Rio Verde, e o laboratório também, para pesquisa, tinha tubo de ensaio, várias coisas e foi tudo pra cachoeira, está tudo abandonado. (Ininteligível) Tem quatro casas demolidas e jogadas na beira do rio, vaso sanitário, tudo.

**A SRA**. – Lã de vidro.

**O SR. DAURO PRADO** – Lã de vidro, ta tudo lá.

Eu tenho fotos disso... Uma vez eu perguntei e continua lá. É uma Estação de Preservação de Meio Ambiente pra gente, a gente é obrigado a cuidar do meio ambiente, e eles não. Eles são todos bonitinhos, como se a gente não cuidasse.

Ainda bem que não é a noção de educação ambiental que eles trazem pra cidade, como é que a gente cuida, e não eles trazem uma educação ambiental da cidade, não pode jogar pontinha de cigarro no chão, não pode jogar não sei o quê.

Então, criaram a Estação Ecológica, proibiram todas as atividades da comunidade, aí que começou a se organizar; porque a gente era organizar pra quê? – pra fazer a roça, pra fazer o mutirão, pra fazer tudo de quem vive em comunidade. Eram 23 comunidades.

Aí, proibiram as comunidades, proibiram de fazer as estradas, proibiram as escolas. E, como se não bastasse, na década de 1988, a Rose Neubauer, que era secretária da Educação, fechou todas as escolas dos bairros rurais. Juntou a fome com a vontade de comer. Então, pegou as pessoas, não podiam viver, mais, nas terras de conservação, criou uma lei para levar as pessoas pra cidade – esvaziou a nossa comunidade.

Esvaziou a nossa comunidade, porque comunidade que não tem escola e que não tem criança, não tem vida! A escola tem que estar na comunidade, ao lado da casa de vocês, dos lados da nossa casa, porque é a gente ensinando, a toda hora, pros nossos filhos, o que é viver em comunidade, o que é viver na floresta, o que é viver na terra, o que é fazer as coisas.

Não tem uma escola pra ensinar a fazer remo, pra ensinar a fazer canoa, pra ensinar pra nós o carrego da caça, onde estão as frutas, que a caça come, qual é o cipó que vai dar pra fazer o pó, qual é a lua que a gente vai usar pra cortar o cipó, o bambu, a taquara, a madeira pra fazer a canoa, tudo isso é na lua minguante, não é pessoal? Vocês que vivem da terra, não é verdade? Esse conhecimento a gente adquire, só a gente na nossa comunidade, não tem outro lugar pra fazer isso.

Então proibiram tudo isso, a gente se organizou, e criou a União de Moradores da Juréia, e começamos a lutar pelos nossos direitos.

A nossa proposta era excluir a área, da Estação Ecológica, onde tinha gente, onde estava a comunidade que fazia uso desses recursos, fazer o cultivo, então, excluir essa área, e deixar a comunidade do lado.

Mas, agora (ininteligível.) “Isso não é bom, mas faça lá no topo do monte, onde a (ininteligível.) não usa, tem muita área que (ininteligível.) não usa, então faz lá, não precisa ser dentro da casa das pessoas”. A gente começou a se organizar e a comunidade começou a fazer manifesto, ir pra Assembleia Legislativa, na época eu lembro que quem criou a lei da (ininteligível) foi o Rubens Lara, em 1986, e aí a gente pediu pra ele ir lá, pra ajudar a gente a construir o nosso (ininteligível), ele falou: “Não, o meio ambiente tem que ser preservado, não pode ficar, tem que sair fora”.

Começamos a voltar pra Assembleia Legislativa, e tal, começamos a fazer o movimento, e começamos a mostrar pra sociedade paulistana o que estava acontecendo, aí o que o governo fez? Ele contratou todos, das lideranças das comunidades. A Fundação Florestal tinha 33 tipos de contrato, porque na época, a Fundação Florestal fazia o contrato dos guarda-parques; porque, na época, se fazia a gestão pelo Instituto Florestal, isso aí se fundiu em 2011, 2012 – foi aí que se criou a Fundação para Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo, e o Instituto Florestal faz pesquisa.

Eles contrataram esses guarda-parques, e os guarda-parques de toda a região foram até a Assembleia, falar o que estava acontecendo: o cara pegava carona, saía da Cachoeira do Guilherme, três horas a remo, chegava todo “trelado”, que é a pronúncia na Juréia, deixava a canoa e ia fazer seu trabalho no Vale do Ribeira. Pra simplificar a história, aí quando chegava ao porto, a Polícia Florestal tinha levado a canoa dele embora porque o florestal falou, “Olha, esse cara é palmiteiro”. Ele ficava três dias ali esperando, até que alguém viesse e levasse ele embora. Ia até a casa dele, lá em Peruíbe, (ininteligível.)

E aí vem com essa política de contratar pessoas, contratou acho que tinha uns 70 guarda-parques, contrataram meu irmão, contrataram meu pai, contrataram o meu tio, lá a maioria é tudo família, um é parente do outro, e esse guarda-parque começou a perseguir cada um deles, perseguir a gente, e ainda falava o seguinte “Não vai, na onda do Dauro [que sou eu], não vai, na onda – que vocês não vão ter emprego, vocês vão perder o seu emprego; e se você não fizer alguma acusação contra os empregados, amanhã eu emprego o seu filho, depois de amanhã eu emprego...” Deu uma queda na organização, muito grande, porque as pessoas queriam largar a canoa, porque tinha barco a motor, e arma.

Então o cara tava fardado, e todo mundo que trabalhava lá tinha medo, a comunidade tinha medo, então eles dominavam todas as unidades, não tinha mais nada, não tinha mais o pó, não tinha mais a roça... E aqueles que faziam essas questões da roça – essa família não se (ininteligível), ia perguntar, e o dinheiro estava preso, entrava na casa das pessoas...

Aí o Fausto, que era o coordenador da equipe do Litoral Sul, ele falou pra Polícia do Exército, que era do Comando Oficial do Exército, que ele apoia, pra fazer o treinamento lá no rio Canela. Em contrapartida, fazer (ininteligível.) em São Paulo a comunidade. Então, os caras vinham com aquelas metrancas de calibre 12 e prendiam todo mundo – eles entravam nos ônibus, que as mulheres estavam indo pra cidade, deixavam tudo no chão, as coisas das mulheres, e via se tinha carne de caça, lá dentro. E quando era no barco, que tinha barco perto do Rio das Pedras, que ia pra Iguape, e de Iguape, ia pro Rio das Pedras, pegavam, também, todas as coisas das mulheres – mochilas, bolsas, e várias coisas – despejavam tudo nos barcos, mas não tinha nada pra denunciar, isso foi de 1987 até 1992.

Em 1992 era o auge da muvuca, da Repressão, você não podia falar da Juréia; tem até um slogan que chama, com o perdão da palavra, que dizia assim: “Juréia, preservar, nem se for na porrada”, e colocavam isso no carro de todo mundo, e eles faziam isso, mesmo, pra todo mundo, eles batiam na cara das pessoas, os guarda-parques batiam na cara dos moradores, “Não pode pescar aqui” (ininteligível).

A polícia entrava na casa das pessoas, muita gente foi pra fora por causa da questão da educação; primeiro, porque não tinha mais o que comer, e, depois, eles diziam, “Se você não levar os seus filhos na escola, o promotor de Justiça vem pegar vocês aqui. Você tem que levar pra escola, senão você vai preso”. A maioria das pessoas foram pra cidade com essa coisa da...

Isso não aconteceu só na Juréia, não. Desde o Paraná, do Parque do Superagui, Ilha do Cardoso, que se diz bonitinha na questão, na questão da gestão, mas é camuflada, muita gente foi embora, perdeu. Quem era contra o diretor do parque foi embora, porque não tinha água, não tinha luz, não podia reformar a casa.

E, na época que o Marcos Campolim era diretor, ele fez um trabalho, até, mais ou menos, porque tinha tudo, estava tudo ao lado dele, grana que o Estado dava – que tinha que gastar, e tinha que fazer uma coisa, para o governador... Então, (ininteligível.) apoiou, o Ibama apoiou, então ele fez uma gestão, só que era gestão pra eles, porque a hora que ele saiu, parou tudo. Porque os caras não fazem mais roça, os caras não tem fandango direto, lá, perderam várias coisas da cultura. Tem o conhecimento? Tem, mas o cara que vive do turismo – ele ganha dinheiro com o turismo – a cultura, que é importante, está inserida no processo, mas isso é um fato da gestão da Ilha do Cardoso, que parece ser bonita, mas não é bonita não; tem coisas muito erradas, ali.

Então, nós começamos a lutar pela Juréia, pra quê? Pra que a gente mudasse a lei. Aí, em 1992, tem uma lei do Fábio Feldmann, que é o Snuc – ele que elaborou tudo – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e a gente participou da atitude quando teve uma audiência pública em São Paulo, que era operado pelo Fernando Gabeira e o José Sarney (símbolo da bagunça), participou, colocou várias pessoas, falou do Artigo 56, que foi vetado logo depois. Aí, foi feita essa audiência pública, mas quem fez o Snuc, quem elaborou, foi o grupo operacional do sudoeste, que era o Feldmann e João Paulo Capobianco – que vieram, disseram, e botaram lá.

Eu ainda acho que é uma lei inconstitucional, ela é pra impor o (ininteligível) no estado de São Paulo – o Snuc é pra isso. O Snuc não garante a permanência da comunidade na sede que ela está, ele fala – o Artigo 56: “Enquanto você não vai embora, você fica aí”, nos modos que tem, conforme a unidade de conservação. (ininteligível) Então, de fato, o Snuc obrigava que todas as áreas de conservação do Brasil tivessem um Conselho, quando de uso sustentável – deliberativo – e quando de uso integral – consultivo. E a Juréia pediu um Conselho consultivo.

Nessa época, a gente retomou todas as comunidades; em meia hora, na hora do almoço, a gente juntava a comunidade e começava a discutir, à parte, porque a gente não tinha dinheiro pra levar a comunidade até o Governo; e como o Governo pagou pra esse Conselho, então a gente aproveitava que ia ter que ir até a capital pra fazer isso.

Então, pegando a iniciativa do Renato Simões, aqui no Parque do Jacupiranga, no negócio de mudar de lei, a gente propôs pra Juréia, também, uma recategorização – de criar uma unidade sustentável pra cada comunidade. Tivemos uma crítica muito grande, diziam que a Juréia ia virar um queijo suíço, e a gente falou: “Vamos mudar, vamos fazer um desenho melhor, e vocês apóiam a gente, porque nós da comunidade, não aprendeu essa lei, não aprendeu o artigo, não aprendeu esse Programa que tem”.

A gente fazia à caneta, a gente ia lá, no mapa, e desenhava, e a gente queria resolver essa situação. A gente não é contra a natureza, a gente quer que a comunidade permaneça com sua cultura, seu conhecimento e preservando o meio ambiente; que conserva ele, pra outros. Ninguém se manifestou.

Aí, o pessoal apresentou na Fundação Florestal, apresentou na Assembleia, levou isso para o secretário do Meio Ambiente, que era o José Rosemberg, na época. Aí, ele pressionou a mudar, a subdireção, que era a Maria Cecília de Brito, pra fazer uma proposta, ela deu 20 dias, não fez, a gente pressionou de novo e ela fez uma proposta: toda a Juréia virará parque.

Virar parque a Juréia toda, não adianta nada, que parque é a mesma porcaria – só serve pra conservação, preservação da natureza, e visitação pública – mas aí, quem vai gerir essa conservação, que foi o que a irmã Sueli falou, agora, é sempre o (ininteligível.) – então, quem vai gerir, vão ser as grandes empresas, inclusive essas, da Mata Atlântica, (ininteligível.).

E foi, aí, nessa época, que a WWF – fez uma Reserva, pra Juréia, e depois cresceu para Reserva da Mata Atlântica – que é uma grande defensora da natureza, que está com uma estrela aí, ela é renomada a nível internacional, mas você vai ver que quem o presidente dela é o Klabin, que é o maior produtor de eucalipto e pinus do Paraná.

Então, existem várias contradições, e depois que se foi mais a fundo, nessa história, são todos empresários que fazem parte, não tem comunidade. Ela teve um papel fundamental, naquela época? Teve. Porque essa usina nuclear não serve, nada, pra ninguém, trouxe só problemas, mas ela podia pegar a mata à força, junto com a força dos empresários, e mudar a lei, e impedir de criar uma usina nuclear.

Só que não, pegou meia dúzia de terras da Barra do Uma – aí, sim, entraram com uma ação e vão diminuir 100 casas lá; mas, só que, os caras que estão vindo demolir a casa dessas pessoas, estão dormindo em Laranjeiras – então, tem casa na beira do mar, tem sede de comunidade lá no Laranjeiras, indo pro Rio de Janeiro. Você vai pra Trindade, o Fausto fez um trabalho lá em Trindade, que é pra ajudar as comunidades de lá, só que, em troca, eles vão ter que construir um shopping. Aqui na Juréia, ele era contra a comunidade.

A gente queria, e quer que essas pessoas venham pra ajudar, pra contribuir, pra colaborar. A gente quer que todo mundo, inclusive os promotores públicos estaduais – que eles não queriam receber a gente – e aí, mudamos a lei, então, de 2006, e conseguimos fazer o primeiro mosaico da Mata Atlântica, e as duas reservas sustentáveis, uma na Barra do Una, e uma no Espraiado.

O que mudou a lei? Muita luta, muita luta, muita luta! Com muita luta mudou a lei, e o Fábio Feldmann, de novo, falou para o procurador geral de Justiça entrar com uma ação, porque a lei era inconstitucional, e ela entrou com uma ação e derrubou a RBS, virou Estação Ecológica.

Nós reunimos a comunidade de novo, todas as comunidades, brigamos de novo pra que mudasse a lei, mas agora temos que fazer mais apropriado; aí levamos pra Assembleia, tudo bem, o Hamilton Pereira, José Zico Prado, Adriano Diogo, o Renato Simões participou um pouco, dessa discussão. E começamos a delinear uma outra proposta. Como chegamos num acordo, em julho do ano passado, disse o Adriano, aqui, no ano passado tinha um acordo de votar na proposta, que pelo menos 80% da comunidade não ficaria (ininteligível.) que é uma merreca. Mas a merreca daria o primeiro fôlego, pra, depois, caminhar para uma – outra – maior.

Aí, se levantaram todos os ambientalistas novamente, Fábio Feldmann, Capobianco, levantou todo mundo de novo, o pessoal do PV, acionaram a Adin; em tese, todo mundo, lá em cima, assinou. Aí o Samuel Moreira, aqui, falou que ia colocar um negócio, e falou, não dá pra botar, porque também não vão deixar. Então, nós retomamos a discussão. O Beto Trícoli, da Comissão de Meio Ambiente, a gente tinha combinado com ele, antes, de fazer uma reunião da Comissão de Meio Ambiente e de Direitos Humanos.

O Beto Trícoli fez sozinho, no gabinete dele, uma audiência pública pra gente discutir...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Fechada. Audiência pública, fechada.

**O SR. DAURO PRADO** – E aí, teve lá 17 ambientalistas, na Mesa, e quatro da Juréia, a gente conseguiu levar uma defensora pública e um antropólogo, foi a sorte nossa, tivemos uma discussão, lá, e conseguimos colocar na Mesa o projeto.

Eu falei primeiro, depois a defensora falou, depois o Mauro Almeida falou, depois o Leco falou, depois todos os ambientalistas falaram – numa linha conservacionista – que não podiam fazer nada. E ainda tinham uma pesquisadora da Unicamp, a Rose, trouxe uma foto da Avenida Paulista e uma foto da Juréia, e aí mostrou, tava lotada a Assembleia, “Olha pessoal, se a gente fizer uma RBS na Juréia, olha como ela é bonita linda, linda, maravilhosa” e depois ela ainda soltou: “Vai ficar assim, como a Avenida Paulista” (risos). Achando que a gente que destrói, a gente que ia fazer a Avenida Paulista, lá, na Juréia.

Teve mais um segmento de discussão que conseguiu então, com muita pressão, um acordo – mas não resolvia o problema de todo mundo – mas que ia ter duas RBS – uma na Barra do Una e, uma, na (ininteligível.) E colocamos alguns artigos na lei, na lei estadual, dizendo que as comunidades que participavam da área ecológica, continuariam morando, com o direito a 10 hectares para cada família, e a gente esperneou, fez carta, acionou o Ministério Público Federal, Estadual – o estadual ninguém apareceu – e a conduta detalhista mesmo, deles, que tem o procurador Renato Dalini, que é dessas (ininteligível); aí, voltou pro Guilhermino, abril do ano passado, não foi Adriano? Abril. Quando chegou dezembro do ano passado, o procurador geral de Justiça entrou com uma ação de novo, uma liminar vetando, de novo, então como Estação Ecológica, novamente.

Então, a comunidade não tem mais, como é que eu digo, não tem mais nada pra lutar; a gente não quer discutir o que não é nosso, nós queremos discutir o território das comunidades tradicionais.

E agora, semana passada, a gente recebeu um telefonema da Defensoria Pública, dizendo que a lei, até que enfim, a lei da Adin caiu.

Então permaneceu, agora, o mosaico da Juréia, então temos duas RBS, dois parques e ampliaram a Estação Ecológica, mas tem várias comunidades que estão fora da RBS, estão dentro da Estação Ecológica.

E o Ministério Público Estadual já questionou o artigo, porque o artigo que está lá, o 6° e o 7°, é contra a lei, que é o Snuc, que está fazendo a ação. A lei nacional fala que Reserva Biológica de Ação Integral não vai ter membros; e, aqui, nossa lei do estado disse que pode; então...

Agora, mas eu não sei se a Adin, que teve agora, que caiu geral ou se é questão parcial, eu não sei, a gente não tem essa informação.

Mas essa luta já tem 26 anos, todos vocês, muita gente aqui, a Raquel conhece, o Osimar conhece, tem várias pessoas que conhecem essa luta; e ninguém quer botar a cara à tapa.

O Ivo também nasceu aí, nessa junção da Juréia, Ivo fundiu, criou o ISA, não foi, Ocimar? Não foi só ele, mas ele que dá as cartas, ele dá as cartas, pra todo mundo. Vai aqui, vai aqui, não vai aqui.

Eu fui numa reunião, lá na Unesco – fui convidado – tinha um cara lá, que era meio aparentado dele, e já me encontrou assim: “Você que faz tráfico de animal, lá no Vale do Ribeira?” Eu falei: “Não senhor, deve ser a SOS Mata Atlântica” – eu falei pra ele. Eu sabia que ia... E o cara me (ininteligível.) depois, o presidente da (ininteligível.) estava lá, o Odair Celso Melo, que não disse nada, ele não falou nada pra mim.

Então, várias coisas que a gente convidava, colocava, pra ter certo apoio, esse cara não servia. Então ele vem com um discurso, o Mário Mantovani vem com um discurso maravilhoso, contra o código florestal, que é pra manter a comunidade; só que, por debaixo do pano, ele vai lá, no governador e fala: “Não, aquilo que eu falei, lá, é só pra tapear”.

Porque a gente esteve na Câmara dos Vereadores de Iguape e apresentou a proposta da Juréia, e falou até que (ininteligível.) SOS Mata Atlântica, e, até que enfim, fizeram uma proposta pra Juréia, a gente vai ter um marco legal e vai tirar essa – como ele falou – vamos fazer então, justiça pra esse povo aí.

Na outra semana, ele foi lá, no Projeto Cidadão, e passou uma matéria que os moradores da Juréia iam fatiar toda a Juréia com uma RBS. E que os deputados estavam loteando a Juréia. Então, não dá pra entender o que, realmente, esses caras querem; porque tem ambientalista que quer conservar o meio ambiente, mas com gente; sabe que é preciso ter gente lá dentro, nós temos, nós ocupamos – nós, comunidades tradicionais – nós ocupamos um quarto do território brasileiro; nós somos 12 milhões de pessoas no Brasil, e de todas essas áreas, as que são mais conservadas são as áreas que estão com as comunidades.

Então, o apelo que eu faço aqui, é que a gente se junte, pra criar um território das comunidades tradicionais, porque mesmo os quilombolas e os indígenas, tendo os direitos legais garantidos na Constituição, que o Valdir falou que tentam derrubar com garra, eles não são, ainda, contemplados com a política.

Então, quantos territórios quilombolas são contemplados, no Brasil? São muito poucos. Os direitos estão lá; pelo menos está – irmã Sueli – na Constituição; mesmo assim, eles não são contemplados. Agora, imagine quem não está.

Então, nós estamos juntando uma força tarefa mesmo, e vendo quem é quem, aqui na história, e fazer um território das comunidades tradicionais. E que essa Comissão da Verdade leve isso, examine tudo isso, e veja quem é quem aqui nessa história. Que traga de volta o nosso território, que foi tomado há muitos e muitos anos, seja por jagunço, seja por influência, porque, lá no Superagui, o que eles colocaram lá? Eles trouxeram búfalos na roça das pessoas. Então, eles iam se espalhando, iam expulsando as pessoas, e as pessoas iam perdendo. Isso chegou lá no Ministério e falou, “Vamos criar, aqui, um parque, então, tá?” Aí, eles criaram o Parque Nacional do Superagui, e o pessoal não pode se instalar. Então, está a maior briga, lá no Paraná, está brigando por causa do sr. presidente do Ministério Público pra ir lá, e ele não foi.

**A SRA**. – Conta o caso recente do Espraiado, que o sr, teve, que teve o pessoal que teve arma na cabeça, lá no meio?

**O SR. DAURO PRADO** – Recentemente não. No ano passado, eles iam fazer uma ponte lá, pra comunidade passar num riozinho; e aí, o gestor autorizou fazer uma ponte, pode cortar madeira lá e fazer...

**A SRA**. – Fala o nome do gestor.

**O SR. DAURO PRADO** – O gestor é Roberto de Castro – ele era o gestor regional, aqui do Vale do Ribeira – e, agora, ele está lá na Ilha Comprida, no lugar do Ventura; ele saiu da Fundação.

Ele autorizou a derrubar as árvores. Derrubaram as árvores, enquanto eles estavam puxando a madeira, eles não pararam de tombar, ai Magro jogou todo mundo não chão, amarrou todo mundo, e falou: “É proibido vocês tirarem árvore daqui”. “Mas nós temos autorização”. “Não, não tem autorização nenhuma”. Até que o gestor veio, e falou: “Eles estão autorizados, Castro”.

No outro dia ele brigou, questionou essas ações de polícia, policialescas da Fundação Florestal, porque o guarda não pode...

 (Ininteligível.)

 **O SR. -** Porque o MSD foi criado, justamente, pra repassar o recurso para a prefeitura, que ela pode fazer o que ela quiser com o dinheiro, porque ela não tem obrigação de investir em determinadas áreas, e quanto mais rigorosa for a categoria de conservação da unidade (ininteligível.), maior é o (ininteligível).

Vocês preferem um Parque ou uma Estação Ecológica?

Eles falam “Pô, a Estação Ecológica dá mais dinheiro que o Parque”, uma APA não daria dinheiro nenhum, um MDS não dá dinheiro nenhum. Então, eles também ganham o apoio do poder municipal.

 **O SR. DAURO PRADO** – O fato é que se recebia, até algum tempo atrás, 160 mil reais por mês. Era assim que o Governo Estadual agia. Então, a gente não deixava funcionar. E a Câmara, também...

Depois, tinha também a atuação, também, do próprio Samuel Moreira, que era do Governo, e também não conhecia os vereadores do Vale, ali.

E aí, não foi feita a ponte, que os caras não souberam fazer, o Sr. Pedro foi passar, aí ele foi passar a ponte, a (ininteligível.) levou ele, quebrou a ponte, porque estava podre, bateu a cabeça e morreu. Perdemos uma liderança forte.

Bom pessoal, o que eu tinha pra falar pra vocês era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Tem coisas, que eu ouço que me dá “atrito”, porque todo crime que é praticado pelo Estado, continua impune, todo o crime que já foi praticado contra a nossa população, continua impune (ininteligível).

Então, depois, vocês podem ir se arrumando, que é o Gilberto, de Guapiruvu.

**Música – “**Esse é o nosso país”

“Esse é o nosso país

Essa é a nossa bandeira
E é por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira

E é por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira

Queremos que abrace essa terra
Quem por ela sente paixão
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação

Amarelos são os campos floridos
As faces agora rosadas
Se o branco da paz irradia
Vitória das mãos calejadas
Se o branco da paz irradia
Vitória das mãos calejadas

A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz
A Reforma Agrária é à volta
Do agricultor à raiz

Esse é o nosso país

Essa é a nossa bandeira
E é por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira

É por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira”

(Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** O calor... Está bom, né? (Risos)

Infelizmente a luta é assim, tem que agüentar chuva, frio, calor, e a gente não pode fazer nada, se não a gente não chega lá.

Então, vamos ouvir agora, lá do bairro de Guapiruvu, o Gilberto. (Palmas.)

**O SR. GILBERTO** – O pessoal que aqui está – eu saúdo. Eu acho que, vindo todo mundo aqui, as pessoas que me conhecem sabem que eu sou um eterno inginado, enfim, toda a nossa luta tem sido em função da vitória e a indignação, nossa, reflete, pra nós, como que nós fomos cobiçados, não é? Como nós somos cobiçados.

Nós somos cobiçados pela gente que (ininteligível) está tentando por na escola o seu filho, me chama de Gilberto brócolis, meu primo que me chama de Gilberto idiota. (Risos.)

Eu já fui empresário da agricultura, da monocultura, eu sou da parte da ecologia, comecei a militar, nos movimentos sociais, a partir da década de 1980.

Teve uma vivência. Com 11 anos, em 1970, com a questão do Lamarca com a guerrilha, bem na encruzilhada de Sete Barras, ali embaixo, tinha um acampamento militar lá, e na época a gente achava que os heróis eram os militares. Inclusive, eu lembro, com 11 anos, quando pegaram um deles, e puseram numa árvore e amarraram, mas pra mim, carregava como uma coisa simples de herói e bandido, e fui carregando isso por um longo tempo; enfim, com o tempo a gente vai aprendendo.

As pessoas que me conhecem, aqui, eu fui prefeito da cidade, fui vereador na cidade, e aí, (ininteligível) eu fui vereador de 1992 a 1996. Filha da mãe, me dava (ininteligível) ao lado dos meus filhos, e eu não consertei, porque eu não sabia que isso era ruim pra comunidade. É claro que entra toda a discussão que eu fui vereador, pra audiência pública, pra nada, em 1995 foi criado o Parque (ininteligível), na nossa barba, eu tinha 32 anos, não tinha competência, nem capacidade, nem conhecimento, nem nada pra contestar; e provavelmente, se eu tivesse conhecimento, tinha apoiado.

A cooptação é muito bem feita. Meu filho trabalha na cidade, eu não consegui fazer que ele valorize a agricultura, então o sistema é muito forte, o sistema dos dominadores, eles têm uma política muito forte, e os indignados, como eu, a gente sempre...

Eu sempre falo (ininteligível), a gente não sabe o que vai acontecer, toda essa luta, né, os de baixo, os jovens de Cajati, meu Deus, é surpreendente, como se fortalece a democracia, como você luta pra ter uma democracia, que foi feita só de um lado... Enfim, a economia que acaba mandando em tudo, é muito pouco o que nós fazemos, mas, segundo o (ininteligível) que sou de fora, empresário, um cara medroso, como empresário, “Vão mexer no meu. Vão mexer no meu”.

E nessa época, algumas pessoas falaram vamos reverter a situação das comunidades, pra gente fazer isso da distribuição de renda, da inclusão social, enfim, o que a gente vai fazer pra que o Guapiruvu seja um lugar bom de morar?

E aí, a gente se deparou com a luta dos pequenos, do pessoal do (ininteligível), o pessoal que está ali há 50, 60 anos lutando pelas suas terras lá, são 3.172 hectares de área, então as famílias Alves, Teixeira e Pereira foram expulsos várias vezes dessa área, em 1997-1998, finalmente eles foram expulsos de tudo, mas houve toda uma briga, e quem ficou com a área, e aí, volta no novo a falar dos empresários – foi a Villares que ficou com a área.

Só que assim, com aquela questão da agricultura, e tal, vou falar um pouquinho da história da questão fundiária do nosso bairro. Ele não conseguiu manter a área; ele tinha, lá, 800 mil hectares de banana, mas essa coisa estadual de cada bananeiro, ele acabou desistindo da área. As famílias Alves, Teixeira e Pereira voltaram a entrar na área, de novo. Nós nos organizamos socialmente, conseguimos fazer uma proposta pro Governo federal, através do Incra, e acabamos comprando a área, através de uma proposta nossa da comunidade, e transformou num PDS, que é um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que é uma área ecológica, e tal.

Enfim, passamos da cooptação, e passando pra uma coisa assim – do romântico, do poeta, do idiota – pra tentar provar, como nós vamos fazer pra ocupar a política pública, e transformar uma proposta em uma coisa mais prática. E foi o que a gente fez.

Felizmente, a gente tem hoje um assentamento lá, um PDS, que aqui no Vale do Ribeira só tem dois, no estado, parece que tem oito, com o Inatec, com a tecnologia que ele trouxe do Acre, do Amazonas – foi visitado algumas unidades lá, pra entender como isso funciona – infelizmente, em São Paulo, não deu pra fazer igual lá, não é positivo, mas é uma forma da gente se estabelecer como comunidade, e com todas as dificuldades do mundo, isso está dando certo.

Enfim, eu acho que apontando – apesar da gente estar um pouco reclamando da burocracia, apontando os caminhos pra ocupar esses espaços, a partir do movimento social, a partir do que, realmente, porque esses, da comunidade, foram feitos em cima da nossa cultura... Meu pai também é caiçara, apesar de que minha mãe é japonesa... (risos) (ininteligível).

Eu acho que aponta pra uma nova forma de luta, que é pra gente transformar o Vale. (Ininteligível) São 70 mil hectares de floresta; e a gente tinha em torno de 35 mil hectares de área cultivada, hoje a gente está com 20, então, quer dizer, diminuiu mais 10. Diminuiu por quê?

Porque as pessoas saíram do campo, eram 79% de pessoas na década de 1990, e hoje nós temos 43% de pessoas no campo, com tudo isso que o Dauro falou – todas essas coisas da mineração, todas as políticas públicas fortalecendo e centralizando nas entidades, deixando o campo – todas essas questões, acabou fazendo com que as comunidades fossem se desorganizando; felizmente, algumas são organizadas e tentam se sobressair com algumas propostas.

Só pra terminar, que eu acho que o Dauro falou muito mais sobre as nossas dificuldades, mesmo, precisamos falar um pouquinho das nossas possibilidades.

Com essas iniciativas, a gente tem uma série de possibilidades, hoje, de fazer o confronto. Como o Dauro falou “Vamos nos integrar”. Como nós vamos fazer com o irmão que sofre, é árdua e longa a nossa luta, lembrando essa luta que foi minha, e vai ser do meu filho, essa parte, sempre na questão econômica, não na questão social.

Pra finalizar, vou falar da tragédia dos (ininteligível). A gente tem... O que nós estamos fazendo? Inclusive, eu acho que tem uns jovens, aí, que estão falando dos povos da floresta. Os povos da floresta, são aqueles que, realmente, cuidam da terra, da preservação, nós estamos lá, não estamos à toa, o nosso pacto ambiental é muito importante. Nós não estamos a fim de consumir, nós não estamos a fim de acumular, nós não estamos a fim de que seja nosso, mas que seja de todos.

Acho que temos que lembrar uma coisa, que a irmã Sueli aqui falou – que os direitos coletivos, é difícil você fazer – a disputa, a persistência – quando você fala de direitos coletivos. Os dominadores não querem que... Essa é a nossa luta, daqueles que permitem e que buscam fazer o contraditório contra a tragédia do mundo – que é o uso, indiscriminado, dos recursos ambientais; e a questão econômica, material – e diferente a conservação e a preservação.

É isso, irmãos. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Será que dá pra aguentar mais um pouco?

**A AUDIÊNCIA –** Sim! Dá!

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Nós vamos ouvir, agora, o relato do Osvaldo, de Porto Velho. (Palmas.)

**O SR. OSVALDO DOS SANTOS** – Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

**A AUDIÊNCIA –** Boa tarde!

**O SR. OSVALDO DOS SANTOS** – Fico feliz, porque essa Comissão da Verdade aqui presente, hoje, está apanhando os relatos da comunidade.

Tanto é que eu queria fazer, aqui, um relato da questão territorial da comunidade quilombola, porque eu vejo que a omissão do Estado, ela começa desde o princípio onde a Constituição diz que quem reconhece – o reconhecimento dos títulos das comunidades – são os quilombolas, onde seus ancestrais fizeram uso, onde eles preservaram. E isso não é levado em diante pelo Estado, pois o próprio Estado faz reconhecimento do território, e aí, depois que pega os relatos da comunidade, os mapas do território, de onde os territórios dos seus antepassados foram, de fato, usados, e depois faz uma espécie... “Não, vocês não podem”.

Porque aqui, no território, foi o que aconteceu com a comunidade de Porto Velho. Então, em 2000, a gente tinha o problema do conflito acirrado dentro da comunidade, entre nós e os fazendeiros, nós tivemos nossas famílias expulsas desses territórios, já desde 1980 pra cá, teve uma grande expulsão.

Aliás, antes – estamos tendo expulsão desde 1950, onde vocês falam que a ditadura militar se apossou do território de 1964 pra cá, mas na verdade, até foi antes. Porque, em 1950, a PPI de São Paulo titulou a terra no estado de São Paulo, aqui no Alto Vale, e, segundo pesquisas do próprio laudo antropológico, diz que em 1950 essas terras já foram tituladas, grande parte, que algumas das terras que foram tituladas, eram, na verdade, dos posseiros.

Houve do estado, um interesse muito grande de desapropriar a gente dos seus direitos, porque eu tenho em mente que o meu território – se fosse pra cidade, direitinho, medir o território, lá – eu ia ter uns dois mil, três mil alqueires de terra; no entanto nós estamos com 950 hectares de terra, no entanto não dá pra entender isso, de alqueire pra hectare, há grande diferença.

E como nós estamos nessa área de protestos e conflitos, tanto com os fazendeiros, quanto, também, com a (ininteligível), porque a comunidade, lá, tinha uns sete, oito núcleos – de moradores com famílias, dentro de PortoVelho – fazendo divisa com boas e grandes parcerias de Praia Grande; então, era uma extensão de 25 quilômetros, mais ou menos, de extensão de uma comunidade só.

Então, isso pra mim prejudicou, marcou muito, porque, na época que eu era criança, eu podia ir nesse território de Porto Velho, ligando com Itaóca, a pé, ou indo de burro, também, porque o interior era assim, ligado um no outro. Lá tem Bombas, e têm outros povoados, mas tem esse histórico de convivência com o meio ambiente, e, justamente, as terras mais preservadas, são lá do nosso território.

Hoje a gente sustenta que esse território... Porque esse território não foi (ininteligível). Foi de uma fazenda, ali, que já estava penhorada para o banco, e a gente falou pro próprio (ininteligível) “Não, essas terras estão penhoradas pro banco”. Então, definitivamente, ela já é nossa, (ininteligível).

Como que sei elas são nossas? Porque os nossos avós estavam lá, inclusive meu avô foi expulso, de meados de 1984 pra frente; em 1984, mais ou menos, sofreu a última expulsão, expulso com jagunços, e tal, que trouxeram tantos. Daí, eles foram lá e falaram assim, que compraram o território, e tal, e, na verdade, simplesmente penhoraram o território para o banco.

E depois, quando nós estávamos já no limite da expulsão – que estavam com mandado judicial pra desocupar a área de Porto Velho – porque a (ininteligível) do fazendeiro Henrique Barbosa. E, junto comigo, estava pedindo usucapião dessas terras, porque não tinha esse (ininteligível) nos documentos, que estava num formal de partilha.

Olha, tem vários e vários processos, que a irmã Sueli, trabalhando, precisa de um carrinho de supermercado pra andar com os processos dele, que não indica onde ficam esses territórios, porque o formal de partilha dele, nunca determina onde é o território dele. Ele entra na Justiça pleiteando 10 territórios, porque ele tem direito de receber território, mas não tem documento dele. Então, o que acontece com a comunidade, de fato, eu vejo, assim, que a democracia tem vindo, mas uma democracia com vestígios de ditadura.

É difícil de perceber isso, e pra perceber isso é preciso estar na luta, é preciso saber que os seus direitos da comunidade são violados. E eu, ainda, tenho a esperança de que a Comissão da Verdade analise essa questão territorial, porque eu acho que a prática de viver em terra familiar, e das comunidades coletivas, ela não podia ser recolhida ao extremo. E foi feito aqui, 10-15 anos a mais, 50 anos, tem que estar pleiteando, para o estado, pra ter esse território novamente; e é o que acontece.

Em Porto Velho, quando nós estávamos na fase de reconhecimento, nós estávamos em nove famílias, hoje nós estamos em 34 famílias. Quer dizer, a gente vem trabalhando pra melhorar a condição da associação, melhorar a qualidade de vida das famílias, da comunidade. Então, eu percebo assim, quando as lideranças passam, não só na minha comunidade, mas também nas outras comunidades, que isso é o grande problema das comunidades que são, igual Porto Velho, que são uns territórios ricos, e hoje tem carta desses territórios para a produção de pinus, as minerações, que são o fim das nossas comunidades, com 99 vírgula não sei quanto, de pedidos de pesquisas.

Pesquisas; e depois, com titulação do território, pra poder se instalar aqui. Têm 100 pedidos de mineração, de calçados, boi, calcário pra cimento comum, pedido pra ouro, pedido pra chumbo, tem pedido pra... Só. Então, dá pra perceber que no território, normalmente eles fizeram pouco caso.

Quando eu percebi que eles estavam dentro da área, já fazendo pesquisas, eu juntei uns colegas e fui procurar eles pra conversar, e eles falaram: “Não, território aqui não é problema, porque a nossa firma, ela compra e desapropria e bota vocês lá em outro lugar, em outras terras; vocês vão ser abrigados de alguma forma”, eu falei: “Olha, eu acho que vocês não entenderam que essas terras, aqui, não são terras de barganha nem de troca; se você fossem a olhar para a Constituição, se você olhar pro Artigo 68, você veria que isso não cabe ali. Eu acho que, vocês, não estão tendo informações adequadas; principalmente, o Ministério não está te dando esta informação”.

E aí vieram outras gerações, outras gerações, como também a Universidade, que quando você vê já está pesquisando, tem interesse, quer contatar a comunidade. Então tem vários (ininteligível) que eu apropriei, inclusive a de Meio Ambiente, acho que a de Meio Ambiente estava mais visada, aqui. E eu acho que é um caso gravíssimo, porque a gente, como comunidade quilombola tradicional, almeja que os povos que pertencem aos seus territórios, deveriam ser olhados, com melhores condições, ser olhados com mais clareza.

E, que essa Comissão da Verdade comece a dar, a nós, plenos direitos de rever a questão territorial, porque não é um conflito puro. Porque no Brasil, se der conflito puro, é pimenta na cara, é borrachada pra todo mundo, na calça, se você vai buscar seus direitos.

Então, acho que é uma violação que quem mesmo, cria, é o próprio Governo, tirando as famílias do campo, levando pra cidade. Depois, não tem como lidar com essa situação, aí bota a culpa no negro, bota a culpa no pobre, bota a culpa naquele que realmente – os assalariados; não é. E, ainda, faz o jogo assim: “Não! A pessoa está violando os direitos das pessoas de ir e vir”. A gente sofre muito com isso, quando a gente vai fazer as manifestações, de xingamento; aí, quando fala que o cara é negro é preconceito, depois ele vem bagunçar e não quer que xingue ele, certo? Então, eu acho que, tudo isso, quem cria é o próprio Governo.

Mas fico feliz, de vocês estarem aqui conosco, com as comunidades, podendo ouvir, de fato, o que aconteceu nesses longos anos.

Pra encerrar, eu queria de dizer pra vocês que eu tive a sorte de, em 2002, quando foi fundada a associação, (ininteligível) e essas terras onde meus avós viveram, desde Porto Velho até a divisa com Bombas e Praia Grande, tinha nome de Dr. Múncio, Dr. Manuel, outros pesquisadores (ininteligível). Então muitos territórios, quando nós fomos levantar, na verdade os territórios, que eram dos meus avôs, dos meus ancestrais, estavam titulados no nome dos caras, mas que nós nem sabíamos que existia; e isso o estado sabia, e ainda negou os nossos direitos, entendeu?

Então, o que encontraram lá, na Secretaria de Justiça, que tem mais de 60 alqueires negociados – da comunidade – pra devolver. Aí, vão falar com a comunidade: “Não, vamos devolver, vamos devolver”. Você tem (ininteligível), agora, com os outros, vai fazer sofrer mais do que já sofreram, porque vocês têm (ininteligível) para o território, porque nós não aguentamos mais sofrimentos, nós estamos na margem, já, da rua, estamos forçando a liderança a negociar, a própria comunidade reconheceu os seus direitos mediante as pressões, pressões que se fossem fazendeiros teriam que (ininteligível), mas eles estão negando à gente esse direito.

Eu acho que muitas comunidades sofreram e vão sofrer esse tipo de punição, pra reconhecer, de fato, o direito de fazer negociação.

Hoje, por exemplo, eu e a liderança temos um trabalho grande pra ter com a comunidade de titular o território, é pegar o (ininteligível) novamente.

É isso. Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Eu queria completar, que as terras do quilombo de Porto Velho, que está usando, atualmente, é por força de uma liminar que concedeu 30 – hectares ou alqueires? Hectares de terra, pra que os povos trabalhem.

O território ainda está nas mãos dos fazendeiros.

**A SRA. –** Que município é?

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** É Iporanga. Mas pra você chegar em Porto Velho, você tem que passar por aqui, por Itaóca, e depois voltar pra Iporanga, porque não tem acesso.

**O SR** – Faz uma volta enorme, porque...

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** E no caso deles, já tem a porteira da comunidade, (ininteligível).

Está parada, só tem a documentação do Incra, sem (ininteligível). Só tem a medição, que eu acho que é outra besteira, que gaste dinheiro, porque já tem a área demarcada pelo Itesp, e depois vem o Incra e faz a mesma demarcação, não acrescenta nem um grão de areia a mais, mas gasta dinheiro e atrasa a liberação das terras pra essas comunidades. (ininteligível) Eles ganham mais, e só tem a liberação pra quem for votar.

(Ininteligível.)

**O SR. OSVALDO DOS SANTOS** – Se for pra juntar tudo, dá mais de 400 pessoas, certo? Por isso fica tudo fora da comunidade, agora somos 1.800, mais ou menos, quando só tinha umas 800 pessoas da comunidade. Então, é um estrago causado nas nossas famílias, empurrando, em vista dessas terras que foram dadas... Que nunca foram tituladas, que a gente nunca reconheceu.

**O SR**. – Na década de 1990, era pouquinha (ininteligível) a coisa.

**O SR. OSVALDO DOS SANTOS** – (Ininteligível), mas em 1980, 1980 e pouco, eram mais de 40 famílias, bem mais, entendeu? Que já estavam ali, nos arredores, nas saídas, empurrados pra sair e limpar. Mas, segundo se conta, se juntar minha família hoje – se eu tivesse que juntar toda a família aqui, em Sorocaba tem família, em todos os lugares tem família espalhada – na comunidade de Porto Velho, pode pedir outros territórios, amanhã, que esses aí viram um campo de batalha.

(Ininteligível.)

**O SR. OSVALDO DOS SANTOS** – Não. Numa PPI. Em 1950, segundo um levantamento da própria PPI, que doou essas terras. Mas fica titulada, e ficam trazendo outras pessoas (ininteligível), então, já foi uma invasão pelo estado – de terceiros.

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Eu gostaria de chamar o Zé Paula, que é de Nhunguara, que parece que ele tem uma marca pra mostrar, né?

**O SR. JOSÉ PAULA DE FRANÇA** – Meu nome é José Paula de França, sou da comunidade de Nhunguara. Na área da Comissão da Verdade, vou contar um pouco da história, a história que é, de fato – verdadeiramente, eu tenho pouquinho tempo de vida – mas eu tenho uma coisa que, pra mim, é uma história.

Eu morei meus pais, pai e mãe, avô e avó até os meus 12-13 anos, eu não me dava muito bem com meu avô e minha avó, queria ter minha vida própria, e fui morar com outras famílias.

A primeira família que morei nela, numa casinha de sapé, de um sr. que morava no lugar, eu comecei a fazer a roça, e roça, ele tinha um (ininteligível) de bambu grande, e eu estava contente de eu fazer uma roça, a primeira roça dele. E, naquela época, já tinha uma história, minha bisavó, ela chamava Apolinária, Apolinária Dias Marinho (ininteligível) e naquele lugar, quem vinha de Barra do Turvo, da capital, passava tudo por ali.

Na década de 1930, nós (ininteligível) um lugarzinho, ali, pra matar os bichinhos (ininteligível), (Risos). A minha bisavó Apolinária, falou: “Concordo, sim, pode”, bem onde que eu moro agora, e de manhã ela foi visitar a cova, (ininteligível) e uma (ininteligível) ficou andando, aqui, e assustou ela. E ela entrou no meio do “bambueiro”, (ininteligível) quem quiser ver, está lá como história, e de susto ela morreu, ela morreu de susto nesse “bambueiro”.

Enfim, eles passaram, foram embora, e por ali perderam dentro do rio, uma barrinha (ininteligível) ele perdeu, e nós achamos depois, bonito, até poucos dias pintada, essa barrinha. E eu voltei ali, pra plantar milho e feijão, e até então eu não sabia que era perigoso, eu comecei a (ininteligível), pra poder (ininteligível), (risos) e pegou, aqui, ó. Então, essa marquinha, aqui, foi resultado dessa perseguição.

Então, quando se fala em Comissão da Verdade, não levava em consideração que aquilo era uma (ininteligível), era uma perseguição, do capitão Lamarca, mas eu não sabia que minha avó, também, estava sendo perseguida, e sem saber, ela morreu naquele lugar, e eu tenho sentimento até hoje. E eu plantei, no mesmo lugar que a vó Apolinária morreu de susto, eu plantei um pé de manga, está lá, o pé de manga, até hoje está lá, é a história da minha avó.

Então, o que a gente está querendo, desde aquela época (ininteligível) em 1966, 1967? Então, a gente fica meio nervoso pra vir. Como o Governo, para o bem do Governo, não tinha prova, não tinha desfile, não tinha campanha e a história da casa daquele senhor, a gente tenta desde 1980, até hoje, a ter um bom tempo de vida. Eu não sei porque (ininteligível), porque, se 90% dos aquilombados, quilombolas, vive em terras da União, e entra no Judiciário, e é isso, é aquilo, e não sei o que, e vai no Incra, secretarias que junta daqui, junta dali... E o problema continua. Então, a perseguição não vinha, só, junto às buscas do Lamarca. À busca da...

(Ininteligícel) vieram desde lá até aqui, e concentrando aqui na metade do caminho, não é, porque a ideia dessa perseguição, (ininteligível) era a gente conseguir arrancar tudo (ininteligível) de lá e trazer aqui, pra Eldorado, pra (ininteligível). Isso é a ideia que a gente tem hoje. E o que a gente queria, aqui?

Eu acho que nenhum (ininteligível) de vocês que são pais, que são mães, e que vão pros filhos de vocês, vocês não gostariam de serem chamados de bandido, por gosto e vontade do Governo, porque a gente sabe, por consideração, que isso é o Estado. Não é a falta de dinheiro, não é a falta de ciência, lá, não tem muito que tivesse respeito, porque quem vive na roça, como nós vivemos aqui em (ininteligível) na roça.

Eu vivo bem, eu vivo aqui, eu posso fazer amigos aqui, eu posso fazer coisas com os deputados, eu faço com um deputado que morava na comunidade; mas o que falta, mesmo, é oportunidade. Oportunidade de viver – eu quero viver na minha terra, na minha comunidade – oportunidade de dar educação, do jeito que eu fui educado. E educação junto ao (ininteligível) daqui; eu também quero ser doutor, eu também quero ser professor, eu também quero ser deputado, eu também quero ser um cidadão na verdade.

E essa verdade está aqui, embutida dentro do plano de Governo (ininteligível), porque não conduz, pode até ver que o projeto da Copa do Mundo, agora, foi rapidinho, os estádios, né, (risos), rapidinho, porque aqui não é muito rápido, e lá (ininteligível). Então, eu acho que dentro desse contexto, a gente não é contra, mas também não é a favor, porque milhares de pessoas estão assistindo à Copa do Mundo, e uma enorme quantidade de pessoas que já morreram esperando, da (ininteligível), a solução para esse problema. Então, eu acho que...

Eu não sei falar bonito, como muita gente por aí sabe, (ininteligível), mas aprender a viver com essa inteligência natural, inteligência cultural, porque, todos que estão aqui, estão procurando uma solução.

Não queremos entrar no senso comum. Ficar com o senso comum, ou seja, realmente é por terra, é da opinião de cada um, porque esse país só vai ser bom, quando todos nós reconstruirmos o que destruíram, uma época aí atrás; o que importa hoje, no Brasil, é que ele é um país (ininteligível).

Eu tenho duas pessoas que pediram pra (ininteligível), o (ininteligível), que é meu amigo...

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Nós estamos registrando aqui, na Mesa, a presença do professor Everaldo, da comunidade de Itapeuna, da Associação dos Moradores.

Nós queríamos chamar então, agora, o Nilton Morato dos Santos. E depois a gente vai fazer um intervalo pra um lanche, e depois a gente retorna, porque ainda tem vários depoimentos pra serem dados.

**O SR.** – Pro lanche ou pro almoço, Sueli? Sueli. Pro almoço; né? Intervalo pro almoço; não pro lanche.

**O SR. NILTON MORATO DOS SANTOS** – Bom dia a todos e a todas.

**A AUDIÊNCIA –** Bom dia!

**O SR. NILTON MORATO DOS SANTOS** – Eu vou tentar ser o mais breve possível, e relatar algumas coisas que acontecem na nossa região. Sou Nilton Morato dos Santos, sou presidente da comunidade remanescente do quilombo de Córrego do Franco, em Adrianópolis, no estado do Paraná, e também faço parte da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná.

Somos 83 comunidades no estado, sendo 37 delas certificadas; 16 dessas comunidades estão no Município de Adrianópolis, das quais, somente 11, têm a certificação pela Federação dos Quilombolas.

Pra eu falar de todas, como aqui tem pouco tempo, eu vou me resumir ao Município de Adrianópolis, que é onde eu moro, como uma comunidade (ininteligível).

Nosso principal, o início de problemas, que a gente começou, foi na década de 1930, 1932, na Revolução de 1930-1932, quando o Paraná ganhou, de São Paulo, a área onde a gente mora, que faz divisa com Barra do Turvo, Iporanga, até chegando a Porto Novo.

Quando houve esse veio de terra, por parte do Paraná, praticamente a gente ficou completamente isolados; não temos acesso à escola – só temos uma escola primária de primeira até a quarta série; não temos acesso, pelo lado paranaense, como se diz, da quarta série até a conclusão do ensino médio, como se diz agora, não é?

Se a gente precisa das coisas, a gente tem acesso somente por Barra do Turvo – por exemplo, pra sair da comunidade é por Barra do Turvo, São Paulo.

Temos um parque, que foi criado agora, em 2008, que é o Parque Estadual das Lauráceas – me corrija, hein Cássio, se eu estiver errado – se eu não me engano foi formalizado agora, em 2012, o processo começou em 2000, foi formalizado em 2012.

Que é o Parque Estadual das Lauráceas, que é o maior parque do estado do Paraná; e o que acabou acontecendo é que separou as comunidades, dividiu o crescimento do município em dois. Porque o parque, uma faixa dele desce 800 metros e fecha no rio.

Então, pra quem vem de Adrianópolis, até a comunidade do outro lado, consegue ter, precariamente, atendimento à saúde, a equipe do Cetep dá ensino a eles; e nós, do outro lado, nem isso temos.

Temos um posto de saúde, construído, lá, pela prefeitura, o médico passa todas as terças-feiras – o médico contratado por Adrianópolis – pra atendimento na comunidade; mas é só o médico, não temos a enfermeira, não temos um técnico de enfermagem – que dê injeção – e, pra isso, temos que deslocar nove quilômetros, até Barra do Turvo, São Paulo, pra poder tomar injeção.

Outra coisa que acontece muito, dentro da nossa área, é a perseguição pela polícia, principalmente pelos órgãos ambientais do Paraná. A última vez que eles fizeram, em março, foi em torno de umas 30 viaturas, fizeram um arrastão, nas comunidades quilombolas, e passaram – como diz – o que tinha de armas na comunidade. Pessoas que tinham facas; na minha casa, eu lembro que tem uma única faca de cozinha, levaram tudo embora, espingardas – inclusive nossas espingardas, que vieram dos nossos bisavôs – foi tudo levado. Aquelas garruchas antigas, que todo mundo tem conhecimento, mas foi levado embora.

Da casa do (ininteligível), que todo mundo conhece aqui, foi levado embora. Da casa do meu pai, meu irmão morava junto com ele – a polícia roubou da carteira do meu irmão, 280 reais – levaram duas espingardas da casa do meu pai, levaram, até, um jogo de faca de churrasco, que ele tinha ganhado de presente do meu irmão, que mora em São Paulo, foi tudo embora.

Levaram quatro (ininteligível) da minha casa...

(Ininteligível.)

**O SR. NILTON MORATO DOS SANTOS** – Só na minha comunidade, a gente era em torno de 86 famílias – hoje a gente tem 76, tem 10 famílias que está trabalhando fora. Essa é uma das poucas coisas, porque até calcinha de mulher eles levaram.

Isso a gente tem documentado, registrado na delegacia de polícia de Barra do Turvo, porque tem, até, se vocês quiserem ver, é só chegar à Barra do Turvo e ir à delegacia – se eles estiverem lá, ainda, não é?

 Porque, da Barra do Turvo, tudo que levaram, elas nunca apareceram no estado do Paraná; tudo que foi apreendido lá, não chegou; isso na minha comunidade. Na comunidade de outro senhor (ininteligível); aí, eles perseguiram com ameaças de morte, as pessoas da comunidade, pessoas que trabalhavam nas fazendas vizinhas, não só eles como outras lideranças, também. Temos – dentro da própria reunião de formação da Associação (ininteligível), foram mortos, foram duas pessoas, todos empregados de fazendeiros.

A prefeitura não entra – tanto por parte das fazendas, como o pessoal que trabalha no cultivo de pinus e eucaliptos, está invadindo a nossa área; e, depois, a questão da perseguição do pessoal da fiscalização, por parte do estado, dos ambientais que seriam os guarda-parques.

E se os senhores estiverem cruzando – dentro do parque tem uma área de APP, Área de Preservação Permanente – o senhor vai parar em Curitiba, mesmo o senhor Ieraldo, que cruza o parque de cabo a rabo; porque aqui, a gente tem acesso a Bocaina do Sul; no Paraná, temos a Curitiba; porque ele corta toda a região.

Por causa desse parque, a gente até pouco tempo – agora foi inaugurada a rede de luz pra gente, graças a Deus; muitas das famílias que moram lá, nas cinco comunidades que ficaram isoladas pelo parque, agora que está chegando a energia elétrica – muitos não acreditam, mas está lá pra todo mundo ver, pela Copel. Muita gente esperava isso e não conseguiu ver, morreram esperando e não conseguiram ver, ela chegar agora, dia 4 desse mês, foi no horário da noite.

A única conquista que a gente teve por parte do Governo do estado, até hoje, está sendo só a energia elétrica, e isto porque o Ministério Público está acompanhando o que está sendo presente. Mas muitas pessoas até, que a gente já foi (ininteligível) que manda pro Ministério Público, depende também do promotor da Comarca, e atualmente o promotor da Comarca é amigo do prefeito, é amigo do vereador, é amigo do deputado, que protege o prefeito, e acaba arrancando essas políticas pra (ininteligível) com a gente.

O que a gente luta pra que se consiga quebrar essas barreiras nas políticas públicas, pra que a gente tenha acesso – a gente precisa ter uma política que seja uma política de Estado, não uma política pública de boa vontade de um governador, boa vontade de um presidente, ou daquele prefeito. Porque, pela prefeitura, nós nem associação teríamos, porque a gente utilizava o prédio da escola pra fazer reunião, antes da aprovação da associação, e a gente foi impedida pelo vereador que se elegeu pelo Vale, ele impediu o uso da escola.

Minha mãe, na época, era enfermeira no posto de saúde e ela perdeu o emprego dela, porque a gente começou a se reunir na área do posto de saúde. Ela perdeu o emprego porque a gente passou a se reunir lá, no posto de saúde. A coitada foi mandada embora. Isso se realizou por parte da prefeitura. Outro abuso por parte do Poder Público.

Mas a gente tem a questão, hoje, do pinus, que está sendo muito forte, está sendo muito influente na nossa região, e na questão da construção da barragem de Tijuco Alto, que o pessoal que tentou nos matar na piscina, agora, está querendo nos matar afogados... (Risos.)

E a gente está sofrendo ampliado, porque a gente já tem uma usina aqui, que é a Novo Horizonte, dentro do território paranaense, isso no Rio Pardo, e agora assumiram o compromisso de represar o rio Ribeira, que fica pra baixo, acabando com as 16 comunidades – isso do lado paranaense; e eles não mencionam – a Seppir não menciona as comunidades paulistas que estão nessa área, e que, também, são atingidos pelo represamento do rio Ribeira.

Eles mencionam a construção do Tijuco, dando a desculpa de impedir as enchentes; inclusive, teve um acidente, que agora, ultimamente, esteve na mídia, foram bastantes dias de enchente em Itaóca, só que o rio que acabou causando tudo isso é o rio Palmital, não tem nada a ver com o rio Ribeira, ele é um afluente do rio Ribeira, ele é um córrego.

Então, a gente tem que chamar a atenção que eles estão usando a desculpa pra barragem, pra evitar qual enchente?

Pessoal, isso é o que eu tinha pra falar pra vocês, e agradeço a oportunidade. (Aplausos.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Nós vamos fazer um intervalo para o almoço. E a gente gostaria de pedir – pra quem puder – que nós vamos nos reunir aqui, de novo, às duas e meia da tarde. Porque, ainda, teremos pra ouvir as comunidades de São Pedro, Eldorado, e de Praia Grande, onde houve mortes por causa da luta da terra. Tem vários relatos de abuso de policiais florestais, principalmente da Barra do Turvo e de Iporanga.

Tem algumas pessoas que já vieram se inscrever, que tem algumas histórias da época que o exército passou por aqui, que eu acho que a gente queria ouvir e falar com essas pessoas.

E tem o deputado Adriano Diogo, que vai nos alertar sobre um projeto de lei que está tramitando na Alesp, e que a gente precisa ter muito cuidado, mas ele depois falará sobre isso.

E também temos o Dr. Toshio, que é da Defensoria Pública Estadual, ele vai falar das ações coletivas de terra que foram impetradas pra poder defender os direitos. Está bom?

Infelizmente, nós não tivemos condições financeiras de preparar almoço. Tem, ainda, uma sobra de lanche e quem for assim, um indivíduo que for mais forte, vai ter que procurar um restaurante. Nem a Comissão da Verdade, nem nós, nem os parceiros da Apeoesp, que são nossos parceiros nesse evento, tivemos condições de ter esse custo pro almoço. Infelizmente, na luta, isso o estado não computa. Aquilo que corre na boca do povo, o tempo que a gente gasta, é recurso próprio que a gente gasta nessa luta, mas como essa luta é nossa, infelizmente nós temos que gastar, não é? (Palmas.)

**O SR. JOSÉ PAULA DE FRANÇA** – Gente, não existe, em minha opinião, coisa mais burra do que a inteligência humana; a coisa mais importante é a sensibilidade. Eu nunca ouvi dizer que a sensibilidade fizesse o diabo; só a inteligência. Nós temos que usar! Começar a usar e usar mesmo!

Eu estou tendo, aqui, que repetir, pessoalmente, de 20 anos atrás. Por que não mudou, ainda? Com isso aqui, vai mudar. Por que nós conseguimos fazer a primeira demarcação de terra no Vale do Ribeira? Porque nós lutamos, e temos pessoas que apoiavam.

Então, se nós não estamos mudando, é porque a gente está mal acompanhada, porque, a maior força de um povo, é isso que está aqui. Trabalhar juntos, falar juntos, cantar juntos, e nós não estamos cantando juntos. Nós pedimos que todos cantem juntos, mas é mentira.

Eu não teria esse microfone pra falar bobagens, pra falar mentiras. Não.

Vejo nas Nações Unidas – onde eu falo – que são duzentos e tantos países; eu não vou mentir. Não vou mentir! Porque não se investe tanto sentimento, tanta inteligência, tanto ator, não se investe em burrice, tem que se investir na possibilidade.

Onde é que está a possibilidade dos movimentos, hoje? Estão na ideologia política? Ideologia política... Eu vou dar um exemplo pra vocês, eu estou chegando do México, onde os índios, também são tão massacrados quanto os (ininteligível) daqui.

Os juristas, que me arrumaram uma conferência pra eles, eu estava falando para os advogados, a Ordem dos Advogados colocou não sei quem como educador. E tinha um decano – um juiz mais acima – que abriu a conferência, e depois usou a palavra, como advogado. A primeira coisa que eu falei foi “Eu não gosto de advogado!”. (Risos.) Eles não acharam estranho. Eles aplaudiram. Nem eles gostam. (Risos.)

Aí, eu comecei a dizer, porque você não gosta de advogado? Porque o advogado, hoje, ele é penalista ou legalista, mas ele não faz nenhuma inovação civil pra resolver o problema do povo. Não existe uma coisa chamada jurisprudência, que é transformar um fato da natureza em uma – como é que chama – norma jurídica, está faltando isso. Isso depende de quem, deles? Depende da pressão que vocês fizerem aqui, não pelo caminho das pedras, não vai chegar a nada; tem que mudar.

A gente tem que mostrar que é preto, mas não é burro! É difícil isso? Não; né?

Ih, mas se estamos precisando de uma pessoa (ininteligível), o mundo tá perdido... (Risos.)

Se vocês não acreditarem em vocês, o sistema já chegou, deita e rola, e daqui mais 20 anos, daqui mais 40 anos, Sueli, que é tão (ininteligível), Sueli e eu estamos aqui – velhinhos – falando a mesma coisa.

Gente, é o seguinte, desculpa, mas às vezes a gente tem que falar umas coisas... Eu não faço nada pra agradar ninguém, por isso que eu não tenho patrão, não tenho chefe. Quando eu cheguei à ONG, que eu disse que a ONG é um papel higiênico absorvente, que ela faz cocô e a mão limpa, me falaram que eu não ia mais falar, que não iam mais deixar, eu falar lá dentro. Mas quem é que não ia mais me deixar falar, quem? A única pessoa que podia não me deixar falar era Deus, porque se ele não quiser que eu fale, ele me tira a voz... Mas aí eu escrevo. (Risos) Certo?

Meu agradecimento, de coração, a todos vocês; à minha querida, sempre e eternamente mestra, Ângela. Ângela é minha colega de trabalho eterno – assim como a Sueli, Carlos – se ela tiver que pegar o dinheiro... (Ininteligível.)

Obrigado gente, muito obrigado toda essa gente. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Fica aqui com a gente. Falando, eu e o Guilherme, “O Zé é lindo” – estivemos aqui falando. E eu vou falar, morrendo de raiva, porque o Guilherme (ininteligível) (Risos.)

Fazia, eu acho que uns cinco anos, que a gente não se encontrava e o danado ta do mesmo jeito, e eu aqui toda acabada.

(Ininteligível.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Então, agora nós vamos ouvir a comunidade dos quilombos de São Pedro, no Município de Eldorado, que vai falar sobre os conflitos que viveram durante todos esses anos.

E antes da Elvira falar, a gente quer registrar, aqui, a presença da Associação União dos Moradores da Juréia, cuja presidente, Adriana de Souza Lima, de Peruíbe, que está aqui presente. (Palmas.)

Obrigada, Vera. (Palmas.)

Vamos anunciar, também, a presença do Dr. Toshio, (ininteligível) nosso companheiro. (Palmas.)

Nossa companheira de luta, irmã, amiga, a Janaína. (Palmas.)

Acho que, agora, a equipe ficou completa. Então, eu vou passar a palavra pra Elvira.

**A SRA. ELVIRA MORATO** – Boa tarde a todos; companheiros e companheiras de fraternidade, aqui presentes.

**A AUDIÊNCIA –** Boa tarde!

**A SRA. ELVIRA MORATO** – Eu vou falar uma coisa que a gente vai repetir, porque tem muitas coisas que a gente tem que falar que já foi falado, mas a gente vai falar um pouquinho da nossa história, do quilombo São Pedro. Eu faço parte, sou presidente da Associação dos Remanescentes dos Quilombos. Essa Associação, nossa, foi fundada e o teve o seu início em outubro de 1980, mas quando foi fundada essa Associação, ela era a Associação de Moradores do Bairro São Pedro.

Em abril de 1997, quando foram reconhecidas as comunidades de São Pedro, Pilões, Maria Rosa, Ivaporunduva, Pedro Cubas, a Associação foi se formando, por nós moradores.

A própria situação levou a ser uma organização, que nasceu como resistência para fortalecer a luta, procurar os nossos direitos, lutar contra a violência, ameaças por parte dos grileiros de terra – foi a forma de decidir comunitariamente.

No começo, foi a Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, depois foi feita a alteração que passou a ser Remanescentes dos Quilombos.

Em 1996, começa a ir a violência pro bairro de São Pedro, onde fazendeiro comprou – se diz, não é, que comprou – 60 alqueires de terra, e quis ocupar a área de 1.532 hectares. Ali começam as ameaças, para o povo que vivia ali, há muito tempo, naquela terra.

Foram mais ameaças, perseguições – Silvestres, Bartolomeu, todos os Egídios, Joaquim, Ernesto, Ercílio, e Carlos da Silva, que, finalmente, foi assassinado, no dia 3 de julho de 1982, isso defendendo nossas terras. João Antonio Egídio da Silva – que era seu padrasto, também foi baleado, e só não morreu porque na hora, no momento, foi levado para o pronto socorro, em Pariquera, e aí ele resistiu por mais um tempo.

Essas coisas doem. Quando a gente fala, de um primo meu que foi baleado, foi morto dentro da casa dele, e a gente não tinha conhecimento de nada na época, de lei nenhuma; então, aí começou o terrorismo na nossa comunidade.

E ainda baleado por jagunços, ele, o padrasto, socorreu e acabou sendo baleado – foi o padrasto dele. Na hora, mais tarde, também não morreu na hora, mas, mais tarde, acabou falecendo pelo mesmo motivo.

Daí pra cá, a comunidade de São Pedro, lutando há quase 30 anos para ter terras totalmente livre de ameaças, livre de violência, e ainda estamos sendo prejudicados pela situação.

Não terem sido tirados, os terceiros, das nossas terras; ainda não sabemos por que, tanta demora das autoridades competentes, em dar esses direitos para nós, comunidade.

Na verdade, isso não vai acontece só na comunidade de São Pedro, acontece no município inteiro, nos bairros inteiros, nos quilombos, na nossa casa, e, da mesma forma que o bairro de São Pedro foi famoso, como nosso companheiro de luta, Laurindo Carlos, de Praia Grande, que até hoje a gente não sabe onde está o corpo dele, não sei se foi encontrado. Mas é uma luta que quem não morreu lutando, igual meu primo que morreu lutando, ele nem estava, na época, na comunidade.

Quando ele viu que o padrasto e a mãe estavam sendo ameaçados dentro das suas terras, onde eles tinham suas plantações, e o gado dos fazendeiros, começou a entrar no TJ, ele morando aqui no CPL, ele resolveu ir embora e entrar na luta pra defender os pais, o padrasto, só que, nessa defesa, foi morto; então, não são, só, essas pessoas que são mortas defendendo as suas terras.

Se isso não acontecesse, se nós tivéssemos nossos vistos definitivos, as áreas desocupadas das nossas terras, e a violência continua, não parou aí.

São quase 30 anos de luta, não para essa luta. Nós estamos, no dia a dia, indo pra São Paulo, vai gente pra Brasília, vai gente pra todos os cantos do mundo, aí, lutando, em todo lugar que a gente vai, a luta é sobre terra, pedindo os direitos que nós temos, garantidos na Constituição. Que, até agora, a gente não sabe até onde vai chegar essa luta das comunidades.

A gente luta, pedindo, porque nós não queremos deixar nossos netos, bisnetos, nessa mesma situação que hoje a gente se encontra, de ficar andando – a gente sai seis horas da manhã das nossas casas, retornamos muitas vezes depois do meio-dia, retornamos sete horas da tarde.

Quando vocês vierem pra São Paulo, Brasília, que muitas comunidades fazem isso, pra ficar dois, três dias discutindo a mesma coisa, e volta achando que chega à comunidade, vai passar assim: “Ah, mas como nós lutamos, está resolvido”. Mas nós não sabemos nada, nós estamos andando, pra lá ou pra cá, mas tem muita coisa que não está resolvido.

E a gente espera que as autoridades competentes, presentes, que estão, aí, lutando pelas comunidades, chegue até um ponto que um dia a gente possa ter um lugar definitivo, que não é só o caso dos quilombos, mas outras pessoas, pobres, índios, que também vivem nessa mesma situação, no Vale do Ribeira, no Brasil inteiro, e até no mundo inteiro.

Então, é triste a gente ver essa situação. A gente gosta tanto de saber que nossos antepassados viveram há 500 anos, atrás, há 300 anos, atrás, naquela terra.

Se hoje o Brasil tem a preservação, que a gente sabe que ele fornece, até oxigênio aqui do Brasil para outros países, porque nós temos a mata muito preservada, porque foi os nossos antepassados que preservaram, e os que estão aí também continuam preservando, mas hoje nós não podemos fazer sem roça, sem a roça tinha a tradição, tinha que ter mais pra plantar o milho, o arroz, o feijão, que é de subsistência.

Mas o Sr. Antônio Ermírio de Moraes fez um grande projeto que já foi falado, mas não dá, as nossas comunidades, nós não damos as cachoeiras que são a riqueza do país, nós não damos os rios, que são a maior riqueza, patrimônio histórico do mundo, que a natureza deixou; o nosso rio Ribeira de Iguape, que está, aí, ameaçado de possuir as barragens, e é das comunidades que moram aqui no Vale, e elas vão desaparecer.

E quando eu fui uma vez em São Paulo, que o Dr. Antônio Ermírio me mandou representando as comunidades, eu sentava do lado do (ininteligível), e ele falou que tava tudo feito no estudo, que essas barragens tinham que ser construídas.

Eu esperei ele falar e perguntei: “O senhor diz que está tudo feito no estudo, mas vocês estudaram onde que vão deixar o ser humano, que moram dentro dessa comunidade do Vale do Ribeira?” Ele falou pra mim: “Não, isso não consta do estudo”.

Então nós, pra eles nós não estamos valendo nada. Nós estamos sem nada, não temos nada, não vale nada, porque se você não estudou o ser humano, então pra eles o ser humano não vale nada, então pra eles nós não somos nada.

E nós precisamos da existência, igual eles têm dinheiro, mas nós temos o poder de Deus ajudando. Há 30 anos estamos aí, lutando. Só diz ainda que vai ser construído, mas nós estamos na luta, até onde for preciso lutando contra, para que não aconteça. Não sabemos até onde vai segurar, mas até hoje a comunidade, o povo, está aí segurando, pra que não aconteça a barragem.

Então, são coisas que entristecem a nossa comunidade. Entristece o nosso povo que luta, e luta e muitas vezes pensa que vai ter um direito igual, mas não temos os direitos iguais, os nossos direitos de iguais não são respeitados e nós sabemos disso, o direito é para aquele grandão, que tem dinheiro e compra tudo, que são os empresários, eles mandam em muitas empresas nacionais e multinacionais. E desse Brasil aqui, eles fazem tudo pra comprar o nosso povo, comprar nossas terras, comprar nossos bens pra eles poderem mandar no patrimônio histórico do Brasil, é a nossa mata, a nossa água, querendo que a gente vá pra São Paulo.

Então, a gente fica tentando, como a Dra. Sueli falou. Que eu já estou fazendo uma luta desde, nem sei quanto tempo e não pretendo desistir enquanto eu estiver viva, pra estar acompanhando a luta, porque é triste eu deixar meu neto um dia, sem fazer, virar um bandido, virar um marginal, ficar debaixo da ponte, não tem de tudo, não tem dinheiro na sua mão e cai nas drogas, que hoje é o que mais oferecem pras nossas crianças, que não têm instrução de nada, e as crianças saem, porque elas querem dinheiro e nós pais, avós, não temos condição de dar o dinheiro.

Antigamente, a gente trabalhava na roça, todo mundo ia pra roça, não tinha dinheiro, mas tinha comida pra comer, a gente vivia cheia de mantimentos, o arroz, o feijão, e hoje em dia não, a gente vai atrás de conseguir uns dois quilos. Multa, não é? Então, não pode fazer a roça como a gente fazia, antigamente, e tudo isso prejudica a nossa comunidade.

Tem uma pessoa que sempre participa das reuniões e ele sempre vem falar que os Incra e a Fundação Palmares, eles são as pessoas que deveriam estar lutando pelo nosso povo, mas a gente acha que as comunidades precisam muito ter essas respostas pra não ter mais um parente nosso morrendo assassinado por terra.

Temos que ter garantias, os nossos direitos ao nosso plantar, colher, viver, ter saúde, educação, moradia, estradas boas, meios de comunicação, energia, vida, ter qualidade, sem precisar ir embora da nossa terra, que está garantido na lei da Constituição.

Esquece, como eu falei, esquece, às vezes, de fazer a roça, mas nós queremos a liberdade, porque nós não vamos matar – acabar com a mata – nós só vamos continuar aquilo que nossos antepassados fizeram: que roçavam um pedacinho, eles plantavam, uns dois ou três anos, esperavam crescer aquela mata pra fazer outra roça, sempre ao lado da natureza.

 Que a natureza nossa, lá de São Pedro, nós temos mais de 200 alqueires de terra desmatada, e não foi nós que desmatamos, foram os grandes fazendeiros que desmataram e deixaram lá. E até hoje eles não saíram da terra, foi falado pra indenizarem, mas eles não aceitaram, porque o Governo iria dar pra eles. Então, nós estamos amarrados, nós já comentamos, e a comunidade continua comentando que não pode fazer muita coisa na área, enquanto elas não forem totalmente liberadas de lá.

E o Galvão ta aqui, mas eu vou falar um pouquinho, porque é a mesma comunidade que está com o mesmo problema de onde nós moramos. O fazendeiro foi embora, que foi o mandante, que matou o meu primo, ele não teve jurado, até hoje não teve julgamento, ele foi liberado e até hoje ninguém teve uma resposta.

E aí continua os fazeres deles, lá os seguranças pra eles, ninguém pode por a mão ali, porque isso aqui é do meu cunhado. Então, a comunidade vive presa, presa sem poder se libertar, mesmo, das mãos dos fazendeiros.

Um dia, eles estavam fazendo lá no arroio, uma casa do CDHU, então tem um pessoal que fez a casa em um lugar que não tem água, então pediram pra eles se podiam tirar a água da terra que se diz deles, mas que não é deles, mas que dizem que é deles, mas eles não deixaram. Então, são cinco moradores contra uma pessoa só, que não deixou tirar a água dizendo que era dele; e as pessoas ficaram sem respostas, porque não participam muitas vezes pra saber dos seus direitos, uns participam, mas têm outros que não participam muito.

Então, eles têm que ser informados do que eles têm que fazer pra procurar os nossos direitos, porque tem coisa muito atrasada e a gente espera que, um dia, a gente não precise estar se reunindo aqui todo mês, toda semana, duas vezes por mês, pra estar discutindo as mesmas coisas que há 20, há 30 anos a gente vem discutindo aqui, nas comunidades quilombolas.

Acho que era só isso e muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Obrigada, Elvira.

A Elvira ta falando que não aguenta mais se reunir, sempre pra se discutir as mesmas coisas.

Eu queria lembrar o deputado Adriano Diogo, que no dia 10 de maio de 2011 nós estivemos lá, na Assembléia Legislativa, e todos esses problemas que hoje estão aqui sendo falados, foram falados lá, e nós voltamos de lá com a sensação de que aquela audiência foi só pra gente desabafar.

Porque passaram quatro anos e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não fez nenhum movimento pra tentar resolver os problemas daqui. Eu gostaria de deixar registrado, senhor deputado, para que o senhor registre lá, também, na Assembleia, porque agora dia 24, nós temos outra Assembleia, lá.

Nós não queremos ir lá pra chorar, pra chorar nós temos ombros amigos aqui pra chorar, o que nós precisamos é de solução para os problemas. Então, a gente conta com a sua participação e com a Comissão, como representante, presidente da Comissão da Verdade, por favor, leve esse comentário lá, na Assembleia Legislativa.

Nós estaremos lá com o sentimento de que nós somos a própria acomodação. Fica registrada minha indignação. (Palmas.)

Gostaria de chamar, então, o Sr. Clóvis e a D. Maria, lá da comunidade de Peropava, comunidade de Registro. Por favor.

**O SR. CLÓVIS** – Boa tarde a todos.

**A AUDIÊNCIA –** Boa tarde!

**O SR. CLÓVIS** – Tem coisa que a gente precisa falar um pouco, sobre as nossas plantações.

Quando a gente vai fazer uma plantação, uma cortagem, um serviço qualquer, tem pessoas dentro da nossa comunidade que essas pessoas levam na (ininteligível), então quer dizer que essas pessoas aí, que a gente não deve conviver com essas pessoas. Que pra fazer um “servicinho”, lá, a florestal foi em casa, me deu multa, 3.900. Eu acredito que a gente não devia passar por isso aí, não é?

Então a gente fica sem (ininteligível) de tudo isso aí, depois eles trouxeram a resposta que eu preciso pagar 2.350 reais, e é coisa que eu não deveria estar pagando, isso daí, por causa da nossa comunidade, que às vezes tem pessoas que, ao invés de ajudar, começa a complicar pro lado das pessoas.

Então eu vou passar pra vocês.

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – Boa tarde a todos.

**A AUDIÊNCIA –** Boa tarde!

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – Meu nome é Maria Soares de Souza, e o que tenho pra falar pra vocês é que eu queria pedir para o pessoal da Comissão Verdade, porque nós quando éramos crianças, tínhamos uns 9-10 anos, nós fomos atacados pelo pessoal de uma mineração que tem lá, e que expulsou muitas famílias nossa do bairro lá, e ficaram, só, duas famílias. A família do meu avô paternal, e a família do meu esposo ficou lá, e agora nós somos 23 famílias, mas todo mundo ta assim muito pequeno, porque os posseiros entraram lá e pegaram uma parte nossa. Acho que foram uns 30 e poucos alqueires, mas é um lugarzinho muito pequeno, e não temos como trabalhar; e o que nós vamos fazer? Vamos acatar.

E o que a gente queria? A gente queria a ajuda de alguém pra gente falar, pra ver se a gente consegue alguma coisa melhor pra nós, porque nós temos nossos filhos, que nós criamos. Aí, ao invés deles quererem trabalhar no sítio, eles vão embora pra cidade, e nós acabamos ficando sozinhos no sítio.

Então, não tem condições pra nós desse jeito, porque se meu filho vai embora pra cidade, e chega lá, se envolve, porque eu tenho medo que se envolva com coisas erradas. E se ele estiver junto de nós ele não vai se envolver, porque ele vai estar trabalhando na terra, junto com a gente, e nós não podemos trabalhar. Não tem condições. Moramos no sítio, mas temos que comprar o arroz e o feijão, porque não tem como plantar. Era isso que eu queria falar.

**A SRA**. – Fala pra gente daquela história que você falou, que você era criança, quando foi isso?

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – Eu nem lembro, acho que eu tinha uns dez anos, eu nasci em 59, eu tinha uns dez anos mais ou menos, ai foram expulsos toda a minha família quase, só ficaram duas famílias.

**O SR**. – Era mineradora? Qual a mineradora?

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – A Socal, que trabalha lá, e pegou a maior parte dos terrenos – está tudo nas mãos dessa mineradora.

**O SR**. – (Ininteligível.)

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – Isso mesmo. Eu era criança, mas eu lembro que meu pai saía pra trabalhar e minha mãe, eu ficava em casa com os meus irmãos e então eles vinham com aqueles caminhões, paravam bem em frente a casa, e falavam que iam queimar a casa, eu pegava os irmãos e corria pro mato e ficava no mato até o pai e a mãe chegarem em casa, porque a gente tinha medo.

Foi isso que aconteceu com a gente. E aí eles pegaram do meu pai, a maior parte do terreno, e a gente ficou só com um pedacinho, que não dá pra gente fazer nada.

**A SRA**. – (Ininteligível.)

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – É isso, esse negócio do terceiro, que, também... A gente quer que eles paguem pelo que é nosso. Aí pegou a maior parte...

**A SRA**. – Nessa mesma época? Ou um pouco depois?

**A SRA. MARIA SOARES DE SOUZA** – Foi depois. Foi um pouco depois, porque meu avô tinha imposto pra pagar e como ele não podia pagar, então eles chegaram e falaram pra ele: “Você me dá uma parte e eu pago o imposto”, ele pegou e deu um pedaço. Esse (ininteligível) que era pra pagar o imposto, eles foram vendendo; e quando vendia pra um, ele pegava mais um pedaço e foi assim que eles pegaram quase tudo.

E agora ele mora lá, e ele trabalha, ele faz roça, ele derruba, joga veneno, quer dizer, ele joga veneno, ele derruba, ele faz tudo, e ninguém fala nada pra ele; mas nós, que somos pequenos, nós não podemos trabalhar.

É só isso. Obrigada por escutarem. (Palmas.)

**O SR. CLÓVIS** – Então, um tio meu foi assassinado também, lá, por causa de um terreno. Meu pai o levou na casa dele, e quando foi ver ele vendeu pra um terceiro que está lá agora. Esse terceiro, que vendeu pra esse tal de Luís, de lá, foi o que matou o meu tio e depois que o Luís entrou lá, que é um terceiro também, ele trouxe o mesmo cara, que matou o meu tio, pra tomar conta do terreno dele. O mesmo cara que matou por conta do terreno, ele trouxe pra tomar conta do terreno dele.

Aí, um dia ele foi na casa do meu pai, com cartucho 28, e ameaçou meu pai: “Se vocês entrarem ali, eu mato vocês!” Aí, meu pai foi pra delegacia, falou, e o delegado chamou ele lá e o terceiro falou assim: “Então você vai embora daqui, que eu não trouxe você pra matar ninguém”. Só que ele trouxe pra matar. Ele trouxe pra matar! Ele fez aquilo ali, pra poder ficar no terreno, porque se o delegado dissesse: “Você sai daqui, e tira o seu...”, talvez ele saísse. E aí, ele foi embora.

Era só isso que eu queria falar. (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Queríamos chamar também a Maria Dolores – Ciça – pra falar sobre a comunidade de Praia Grande, que infelizmente está sofrendo com a falta de condição, e eu não consegui ninguém de lá. Praia Grande é uma comunidade que só se chega, também, de barco.

**A SRA. MARIA DOLORES** – Uma ode para Laurindo

Onde estará Laurindo,

Que veio aqui e não voltou.

Vejo as águas partindo

A ventania acabou.

Chegam às cartas ao Ribeira,

Vejo que a lua mudou

Chegam os tuins na açuceira,

Mas Laurindo não chegou.

Vive martelando, a araponga,

Triste, sua bigorna se expande,

Em que é a taca-taca se alonga

Para consolar Praia Grande.

Nosso Quilombo lá em Iporanga.

(Eu tremo, viu?)

Mas onde vai,

Tem reunida marcada.

Vejam que o arroz está maduro,

Vamos colher,

Vamos malhar,

É nóis que faz o futuro.

Pensam que calam um gritoPensam que a luta se finda.Vejam o rio está bonito!Vejam que roça mais linda!

De arroz, milho e tantas outras coisas.

Vejam que nascem outras ramasQuando a esperança está indoVejam que ardem mil chamas…Quem acendeu? Foi Laurindo,

Carlito, e tantos outros.

Então, eu peço que vocês se levantem, porque essa nossa fala aqui, vai ser, em primeiro lugar será denúncia a isso que está escrito aqui, a organização no estado de São Paulo que continua gerando violência aos povos tradicionais do Vale do Ribeira – que são os indígenas, os caboclos, os caiçaras, os quilombolas, os pescadores – a todas essas comunidades que estão lutando para a vida. Então vamos bater palmas pra essa turma. (Palmas.)

Esse é o Laurindo do nosso tempo. Se vocês quiserem levantar e esticar, porque agora depois do almoço dá uma...

Mas é isso aí, parabéns a todos nós! É essa a minha fala de denúncia a esse Governo: “Ah, também, vamos diminuir” – Governo, depois, à Fundação Florestal. E uma homenagem a todos nós, a todas essas comunidades tradicionais.

Eu vou sentar, senão eu vou desmaiar.

Eu vou começar falando um pouco da questão do nosso Alto Ribeira, porque Praia Grande não está aqui não é por pouco, por que ela não está aqui, não é porque não tem estrada, não tem... Porque nós perdemos Laurindo, e a nossa luta é aqui.

Às vezes, a gente dá um passo pra frente e dois pra trás. Já faz mais de dois anos, três anos, que todos nós já tiramos – em fortalecer Praia Grande, mas às vezes a nossa fé é curta e não conseguimos. Mas Praia Grande não está aqui, porque ela ainda sente a falta de Laurindo Gomes.

Vamos contar, um pouquinho, a historinha desse Alto.

Como a Sueli acabou de falar, nós já fomos à Alesp. E, em 2010, a gente começou a virar coletivo, as comunidades de Iporanga estava cada uma reclamando sozinha, aí nós fizemos a primeira audiência pública com as comunidades tradicionais de Iporanga. O Renato esteve presente; e várias outras instituições.

Dessa audiência, nós saímos fortalecidos pra caramba, foi em maio de 2010. Em agosto a gente resolveu que, já que a nossa prefeitura não resolvia, o que nós fizemos? Hein, Sueli?

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Ah, nós ocupamos o que é nosso – a prefeitura.

**A SRA. MARIA DOLORES** – Ocupamos a prefeitura. A gente chegou lá e o pessoal falou não o prefeito não está aqui, está lá não sei onde. Dali a pouco a gente chegou, sentou e esperou e chegou a nossa comida, porque nós íamos ficar lá. Então o prefeito apareceu, ele não estava vindo, mas ficou sabendo da gente e apareceu rapidamente.

Então, nessa ocupação a gente se fortaleceu ainda mais.

No dia 15 de outubro, do mesmo ano, a gente fez um abaixo-assinado, abaixo-assinado, mas não pro mundo, sempre com a carterinha dos defensores. Os defensores, aqueles que sempre estiveram juntos da gente.

Esse abaixo-assinado nós mandamos até pro papa, mas quem nos respondeu foi o Ministério Público Federal, que até hoje a gente tem um TAC – Termo de Ajuste de Conduta. E o que a gente pede? Educação, saúde e o direito de ir e vir – estradas.

Daí surgiu essa ideia, de ir pra Audiência Pública, lá na Alesp, nós fomos, denunciamos, e aqui estamos nós, não é mocinho, denunciando novamente.

Porque a gente dá um passo e eles também dão um passo. Bombas segurou o território na foice, porque a Fundação Florestal queria ir lá e fazer todo o plano de manejo. E aí ela se organizou – caboclos e quilombolas – foram lá à foice, e ninguém entrou. Aí fomos discutir territórios, tivemos que abrir mãos de algumas coisas, mas no final não adiantou mesmo, Sr. Toninho já falou, não adiantou abrir mão, porque eles não vão dar o território, somos nós, que temos que confiscar.

Depois dessa audiência, em fevereiro de 2011, a gente decidiu fazer uma CPI – que é... Como chama? – Comissão alguma coisa de Inquérito, que a gente só vê na televisão, e nós resolvemos fazer isso no nosso município, dia 18 de fevereiro de 2011.

De manhã nós fizemos formação, porque quem sabe mais, luta melhor, e à noite nós fomos à Câmara Municipal de Iporanga, fazer essa CPI. Fomos xingados, fomos chamados de urubus, e enquanto isso, algumas pessoas desse Poder Público municipal, o que estava fazendo? Estava assassinando Laurindo Gomes, estava acabando com a sua vida; e como a gente viu no primeiro julgamento, foi... Não consigo nem falar, porque... Perdemos o Laurindo.

A minha fala vai terminar agora, pro Cláudio continuar falando um pouquinho mais. Mas, o que eu quero dizer, além do Laurindo – que nós temos aqui – nós temos o Sr. Toninho que perdeu – ele não consegue mais fazer, roçar; e o que ele faz? É a vida que ele está. Ele plantava, e ele agora não está podendo plantar.

Então, tivemos o Sr. Toninho, em agosto do no ano passado. Nós tivemos o Osvaldo, que é lá de Barra dos Sete, que perdeu a visão, e sabe por que ele perdeu a visão? Ele é funcionário da Fundação ou do Instituto, sabe por que ele perdeu a visão? Porque ele foi multado em 2.000 reais, porque ele tentou trocar o telhado da casa dele.

Tem também o Zé Santana, que perdeu uma visão, que é lá dos caboclos, um funcionário do parque foi lá e atirou nele. Ele tava com a mão assim, aí atiraram nele e acertaram no olho, e ele perdeu os olhos. Têm tantos outros, tem Darcy, D. Zenaide, de 86 anos, que agora, no final do ano, foram vários guardas lá na casa dela, que ela mora lá... Horas e horas e horas. Ela estava sozinha e os funcionários do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira foram lá, ameaçaram – mas ela tem medo.

Então, é um pouco isso, aí, também, a gente vai pra frente, essa caboclada que ta no Ribeirão dos Camargo, eles escreveram um estudo, acabou de sair semana passada, 4 de junho eles foram reivindicar, lá na Fundação Florestal o seu território; então, tem imagens de luta e tudo isso.

É isso o que eu quero dizer, que infelizmente, o Meio Ambiente, aqui na nossa região, ele é um agente, ele é uma pessoa que criminaliza, e que faz com que Laurindos e tantos outros que já foram, e tantos outros que estão aí, tenham medo de estar vivendo a sua cultura. É um pouco isso.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. CLAUDIONOR** – Boa tarde a todos, meu nome é Claudionor, sou da comunidade lá de caboclos do bairro Ribeirão, de Iporanga.

**A AUDIÊNCIA –** Boa tarde!

**O SR. CLAUDIONOR** – A gente está presente, aqui por causa da verdade, certo?

Por ter um grupo que funciona e não está subordinado a nenhum ente político ou pressão política.

Como a Ciça lembrou, a história do Laurindo, gostaria de falar um pouco sobre isso.

O nome Laurindo Gomes já é conhecido no Vale do Ribeira, no meio de todas as comunidades tradicionais, e não tem como dissociar a moral de Laurindo Gomes, da luta das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira – caboclo, quilombo, caiçara, índios, pescadores tradicionais.

O desenrolar do desaparecimento do Laurindo, aconteceu somente pela pressão popular, na Alesp, em 2011, que a gente cobrou do Poder Público do estado, que tomasse providências contra o desaparecimento dele, porque até então, a delegacia de Iporanga só tinha um B.O. de desaparecimento. E circulava na cidade que, de fato, ele tinha sido morto. A gente acompanhou, depois, todo o processo; e através da pressão aos órgãos do estado, na parte da Polícia Civil, estava presente na Alesp a Secretaria de Justiça do Estado, e aí ficaria muito tempo, e eles não faziam nenhuma coisa, e somente através da Alesp, da audiência pública, é que se voltou novamente a retomar a discussão do Laurindo.

Aí que a Polícia Civil de Iporanga começou a colher os testemunhos, que estava circulando, e que culminou com a prisão de dois suspeitos que é o Ubiratã – que é um quilombo de Praia Grande, também – e o Sidnei, que não é quilombo, mas é tratado como quilombo e está na comunidade.

E daí foi isso, eles foram presos, tiveram a prisão preventiva, teve o julgamento do Sidnei, posteriormente, depois de dois anos, ele teve a prisão preventiva e ele foi condenado – foi condenado em júri popular. A maioria das comunidades esteve presente e o segundo julgamento, logo depois de uns dois meses, teve o julgamento do Ubiratã, que foi por júri também. Então o Sidnei foi condenado e o segundo julgamento, do Ubiratã, ele foi absolvido.

Ele permanece em Iporanga, trabalhando na prefeitura municipal, e a comunidade, lá, ainda está assustada. Está assustada, porque eles plantaram quem assustou bastante a comunidade – o Ubiratã; então a comunidade está assustada, vários moradores estão indo embora, e está nesse impasse.

O Laurindo ainda continua desaparecido. Então, a gente até faz uma solicitação pra Comissão, que a Polícia Federal tome providências, é pra encaminhar pra Policia Federal, porque por parte do estado, a gente não espera mais nada, do desenrolar. Ele continua desaparecido, a família querendo o corpo pra poder ter dignidade, como a maioria dos desaparecidos, hoje. Estamos nesse impasse. Então, é um apelo que a gente faz, pra plenária, porque mais tarde pode ser um de nós, pra que seja encaminhado pra outras instâncias.

A questão da opressão do estado de São Paulo, da Fundação, continua. Através da Polícia Ambiental, que esteve há cerca de dois meses atrás na casa da minha tia – da Zenaide, da tia Zenaide, lá em Caboclos – atrás de palmiteiros, entraram na casa dela, reviraram todas as coisas de dentro, os pertences, os pertences dela, que é lá na Comunidade do (ininteligível.), e aí o Durval falou.

Eu não, mas isso ainda está presente na comunidade lá, e... É pra citar nomes não é?

Esteve presente lá o Modesto, que trabalha na Fundação, é guarda civil, mas ele que é o dedo-duro de todo povo lá, ele, os Borba, cabo Fabinho – ele é de Iporanga, mas como é da tradição, conhece a mata, ele é que leva os guardas florestais.

E, há cerca de 10 dias, eles entraram sem autorização na casa da minha família, na comunidade, meu irmão estava presente, eu não estava lá, infelizmente – a gente tem que estar lutando, não é? Se a gente não fica ali... Talvez, até felizmente, eu não estava, porque eu não sei o que ia acontecer lá.

Eles pularam a cerca, adentraram dentro da casa sem autorização e disseram pro meu irmão que se ele não acompanhasse, não fosse assinar o termo – que nem deixaram cópia do que era, ele assinou um papel em branco – eles iam algemar ele e levar pra delegacia.

E estava o outro rapaz, o Tadaka, estava com os Borba, todos armados. Isso foi semana passada, hein, pessoal, semana passada. Eles estavam lá. Os guardas estavam sem – a Polícia Ambiental estava sem a identificação, sempre eles vão lá, sem identificação.

E a gente, daí, pediria à Comissão também, se fosse possível, pela autonomia que tem, de encaminhar uma recomendação para a Fundação – pro pessoal aqui, da Secretaria do Meio Ambiente – que, quando se fosse à Comunidade Caboclo, desse um aviso à associação. Porque a gente tem uma associação organizada – só que um de nós devia estar acompanhando, pra que não haja mais esse abuso, esse abuso de poder. E eles sempre sabem quando está uma pessoa sozinha, um caboclo ou um quilombo, quando tem dois, três ou mais eles não fazem isso. Então a gente pediria isso.

E é isso pessoal, eu agradeço a oportunidade. E vamos estar organizando juntos, e fazendo tudo isso.

Obrigado pelo espaço; valeu! (Palmas.)

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** Eu só queria acrescentar no que o Cláudio falou, é que o júri do Sidnei, que foi condenado a 22 anos, foi anulado; e vai ter que haver outro júri. Como o Ubiratã já foi absolvido, nós não temos esperança nenhuma, de que ele vá ser condenado.

Eu gostaria de chamar agora, então, o Dr. Toshio, pra fazer o uso da palavra.

**O SR. ANDREW TOSHIO HAYAMA**– Boa tarde pessoal. Tudo bem?

**A AUDIÊNCIA –** Boa tarde!

**O SR. ANDREW TOSHIO HAYAMA –** Vou ser bem rápido, porque tem outras pessoas pra falar.

Queria agradecer bastante, é uma honra estar aqui, recebi o convite da Apeosp, da Eaacone, da Comissão Estadual da Verdade, que está organizando o evento. Acho que é um momento histórico, do qual eu estou fazendo parte, tendo a oportunidade de fazer parte, enquanto representante da Defensoria.

Meu nome é Toshio, pertenço ao (ininteligível) de Registro, acho que vocês conhecem, não é? Onde falta esse de resgate de memória. Especialmente das comunidades tradicionais, dos quilombolas, das comunidades indígenas que sofreram o processo de dupla vitimização, com relação aos dois piores e mais severos episódios da história Brasileira, que é o período escravocrata e período ditatorial.

Bem, a gente tem se envolvido em inúmeras situações de violência de conflitos fundiários, eu vou falar dos casos que a gente atuou como Defensoria Pública, em Registro Público no Vale do Ribeira, mas antes eu acho que é importante a gente tentar entender um pouquinho a lógica do estado, como se opera a política do estado com relação aos direitos das comunidades tradicionais.

A gente tem, acredito que a gente tenha depois da escravidão, até a década de 1960, até a ditadura, um período de bastante abandono das comunidades tradicionais. De completa ausência de política pública de contestação dos direitos fundamentais, de ter saúde, educação.

As comunidades ficaram completamente (ininteligível), invisibilizadas, abandonadas.

Até a década de 1960 me parece que há um movimento de vários interesses nesses territórios, a vinda da BR, eu não sei exatamente quando foi, mas acho que foi na década de 1960.

Interesse na mineração, a Política de Implementação de Parques, a Política Ambiental, então me parece que a partir da década de 1960 esses territórios passam a sofrer algum tipo de assédio, de interesse, seja da esfera privada, seja do próprio estado.

A gente tenta através disso uma postura ativa do estado, uma ação, ação do Estado na criação, por exemplo, dessa unidade de conservação desses parques.

A gente tem uma política pública de inviabilizar a existência das comunidades tradicionais, e com o parque vêm às proibições, com as atividades de conservação vêm às proibições.

A gente tem também a despersonalização dos membros dessas comunidades que não podem depender de um modo de vida tradicional e é evidente que esta política ambientalista de implementação de parques ela é, a gente tem que salientar, evidente que ela foi feita a base de atropelo, sem garantia nenhuma de participação dessas comunidades. Foi feita de forma autoritária, de forma antidemocrática, em decorrência dessa época de ausência completa de direitos.

A gente também tem, além dessa política ativa do estado contra as comunidades, a gente tem uma política de omissão ao mesmo tempo. A gente não tem nem reconhecimento de direito, a gente não tem, e na verdade isso é antes da Constituição, antes da constituição que a gente fala em direitos étnicos, mas os direitos sociais em geral também não eram observados, não eram implementados.

Porque tinha de um lado a face opressora do estado, principalmente a questão mesmo da política ambientalista, e a gente tem por outro lado a manutenção mesmo de uma omissão no movimento de políticas públicas, o que tornava a ação dessas comunidades insuportável.

E esse tipo de política ela se manteve no curso da história, mesmo diante de uma Constituição, mesmo depois da Constituição Federal que passou a garantir os direitos étnicos dessas comunidades tradicionais, direito territorial, direito a cultura, mesmo diante deste apelo que surge após a Constituição Federal, a gente supera esse tipo de política, essa política de criminalização, de assédio, de controle, de proibição por um lado e também uma completa ausência de Política Pública de complementação dos direitos fundamentais, isso permanece, me parece que é um resquício da ditadura, período ditatorial,

Então a gente tem esse contexto, a Defensoria tem nesse contexto dois casos que a gente vai trazer pra vocês. A gente tem ouvido outros, na questão mesmo de questionar a Política de Implementação de Unidades de Preservação, a gente tem situações conflitos de fundiários com terceiros, fazendeiros, quilombo ilhas, a gente tem essa ação do pessoal da Barra do Turvo, que está sofrendo é bizarro, mas enfim... Está sofrendo um processo de expulsão em torno da BR e a questão não é nem só a retirada dessas pessoas desse local, que pode ser perigoso.

Não se avaliou ainda o mérito se a permanência seria perigosa ou não dos quilombolas no entorno da BR 116, em Barra do Turvo, no quilombo de Pedra Preta, mas a autopista tenta simplesmente tirar essas pessoas, sem ouvir essas pessoas, e sem ter qualquer forma de compensação, e passou a ajuizar só envolta dessas pessoas, desses quilombolas, acho que em torno de (ininteligível), ação de reintegração de posse, e isso motivou também a atuação da Audiência Pública, uma ação extrajudicial no início, (ininteligível) e isso sem os policiais, a gente passou pros órgãos, a gente denunciou em todas (ininteligível) e em todas as esferas, municipal, estadual e federal e a gente conseguiu a suspensão desse procedimento, a retirada. (Ininteligível).

Foi então que foi encaminhada pra gente, pelo MP para a Agência Nacional, a ANPP, a Agência Nacional deu um parecer que teve em qualquer forma de pagamento, e eles foram taxados de forasteiros do seu próprio território.

Então a autopista passou a ajuizar essas ações, mas antes, depois da notícia que a ANPP tinha dado o parecer, tinha entrado com as ações, a Defensoria Pública do Estado queria um parecer público da União da situação, porque o questionamento tinha uma esfera federal, porque tinha o interesse da União, isso por conta de uma gestão de competência.

A Defensoria do Estado não poderia ajuizar uma ação coletiva dessas comunidades, famílias de Pedra Preta, então a gente encaminhou pro MP que, ajuizou com um número, uma ação pública é uma ação coletiva, uma ação que busca resolver o problema de várias pessoas numa mesma ação, então entrou com essa ação, mas a liminar não foi concedida, a justiça não deu a liminar, e a autopista passou para esfera Federal. Eu fiz a defesa de um deles, o único que nos procurou.

Outros quilombolas que também procuraram, mas não se tem notícias de que a autopista entrou com ações contra o trabalho deles.

Mas só um quilombola procurou a Defensoria, se alguém tiver notícias de dos outros que estejam nessa situação, venha comunicar pra gente, pra gente tentar interferir de alguma forma.

O processo está nessa fase, não sei como vai se desenrolar, mas espero que a Justiça Federal consiga reverter essa situação e pedir a... A defesa que eu faço pra esses quilombolas eu falo que existe o processo coletivo na Justiça Federal, então está tudo encaminhado pra Justiça Federal e sustento que a Justiça Federal, eu espero que a Justiça Federal consiga reverter essa situação, mas eu não sei qual vai ser o resultado disso.

Enfim, só pra dizer que a gente tem desenvolvido e infelizmente nós temos um quadro pequeno de defensores em registro, a gente não tem perna pra atuar da forma como a gente gostaria em todas as comunidades, mas a gente está teve uma relação de bastante confiança, onde conseguimos construir um vínculo bastante interessante, quase natural já, de permanente contato, mas infelizmente, diante do nosso quadro de defensores, que são apenas três e a gente conseguiu mais um defensor agora, mas que não vai atuar pela coletiva, ele vai atuar pelo direito criminal, diante desta situação a gente não consegue prestar o trabalho que a gente gostaria, mas cabe a vocês, também, lutarem pela criação do (ininteligível), não só no Vale do Ribeira, mas em todo o estado de São Paulo, a Defensoria de São Paulo foi a antepenúltima Defensoria a ser criada, não só foi criada pela pressão popular, foi criada por (ininteligível), então a gente está num processo deficitário ainda em termos de procuração, e espero que a Comissão da Verdade e os deputados que a compõe, possam também brigar pela criação da defensoria, e parece que só pela defensoria vai ser possível falar dessa Justiça.

Eu acho muito difícil falar em justiça se você não permite que essa classe que mais precisa de justiça, mais sedenta por justiça não tenha quem a represente.

Mas eu queria pra (ininteligível) que embora não tenhamos sido provocados por agentes na ditadura, diretamente da ditadura, mas me parece um ambiente da época, em que a impunidade rolava solta e que o poder político e o poder econômico ainda falava alto, falava mais alto ainda, mas não tinham mecanismos de organização de defesa entrando com mais detalhes naquela época.

Primeiro caso de Peropava, que já teve gente aqui falando. O pessoal de Peropava, pelo que eu li nos relatórios do Ipesp e pelas conversas que eu já tive com o pessoal, eles começam a sofrer um processo de expulsão a partir da década de 1970, tem o pessoal da Socal, mas também tem um terceiro que é o senhor Eurípedes, a gente tem que nomear as pessoas, não é?

O senhor Eurípides é um fazendeiro, que ela chegou a comentar, que eles tiveram que ceder parte do território que ele contratou um advogado que foi registrar o título que eles ganharam. Então aqui estavam três famílias originais, as primeiras da comunidade que receberam a titulação, mas para registrar isso exigia deslocamento e até pagamento das taxas cartorárias, então o advogado foi fazer o serviço junto ao cartório e como forma de cobrança ficou com 36 hectares do território de Peropava, que é um território hoje, de quantos hectares, 200? Se eu não me engano de 200 hectares, acho que reconhecida uns 200.

(Ininteligível.)

**O SR. ANDREW TOSHIO HAYAMA –** Esse advogado vendeu esses 36 hectares pra esse senhor Eurípides, que ele era o fazendeiro que continua incomodando a comunidade, não só incomodando, mas que ocupa grande parte do território e que dificulta que eles se desenvolvam, que possam plantar, enfim...

Só que ele não se contentou, esse senhor Eurípides, ele não se contentou só com esses 36 hectares, ele passou a imprimir a política da violência, que já foi relatado aqui, ele contratou jagunços pra intimidar a comunidade e chegou a assassinar um membro da comunidade, e isso em 1975, ele contratou justamente o filho desse advogado que ficou com esses 36 hectares de início. Então o filho desse cara, o senhor Eurípides, pra poder assassinar um membro da comunidade e pra imprimir essa política de violência. Ele acabou assassinando o filho da Ana do Espírito Santo, não é isso?

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** (Ininteligível) tem alguém aqui com um Voyage branco (ininteligível) que está aqui em frente. Obrigada.

**O SR. ANDREW TOSHIO HAYAMA –** Imagina. Então além dele se apropriar, ele tinha 36 hectares ele passou a oprimir a comunidade e acabou ampliando esse território para 100 hectares, dos 36 ele passou a usar 100 hectares do território, e foi onde a (ininteligível).

E não contente, em 2005 ele entrou com uma ação para reconhecer a propriedade desse território que ele usurpou que ele tomou. A comunidade foi citada, entrou com uma ação de usucapião. O que essa ação usucapião, é uma ação pra você ganhar o direito de propriedade sobre determinado território. Ele tinha lá um contrato de 36 hectares, esse título é legitimo, mas ele passou a usar 100 hectares, do pessoal de lá, e depois ele entrou na justiça pra ter a garantia de propriedade desses 100 hectares, ele também foi motivado, não só pra configurar esse direito, ele foi motivado pelo medo do território ser retirado dele. Hoje pelo menos não entra indenização, como é feito isso?

Em 2004 o Ipesp iniciou o trabalho de reconhecimento da comunidade, certamente ele teve notícias disso e a partir disso ele entrou na justiça pra reconhecer essa propriedade que foi tomada de forma ilegítima e violenta.

Alguns membros da comunidade foram citados, mas o oficial de justiça não explicou direito do que se tratava, eles acreditaram e eles procuraram a gente depois, depois que a sentença reconheceu o usucapião, eles procuraram a gente, eles vieram procurar a gente em 2011, eles explicaram que eles achavam que o oficial tinha ido lá pra pedir pra eles testemunharem pro fazendeiro, que ele tem testemunhas o fazendeiro, eles não foram, mas na verdade era uma citação pra se defender.

Por conta disso, eles foram considerados revés, revés é isso, é quando uma pessoa é chamada pra se defender e não vai.

Eu chamo uma pessoa pra se defender, ela não foi então ele tem direito e foi isso que aconteceu.

Então a comunidade foi pra Defensoria com a sentença e à medida que a gente desdobrou, que a gente começou, foi a ação rescisória, ação rescisória é uma ação pra reverter essa sentença, então tem que alegar a sua credibilidade, o cumprimento da lei, então em determinadas situações você pode tentar entrar com uma ação para anular àquela anterior, e foi por isso que a gente entrou com a ação rescisória, e essa ação rescisória ela foi julgada improcedente.

Nosso grande argumento na ação foi dizer que... Sustentar que no Artigo 78 da Constituição, do CPC, do ato das constituições do território, ele tem um caráter só de reconhecimento do direito.

Eu sei que essas questões jurídicas são um pouco chata, mas é pra ver que ele tem aplicação imediata, então desde a Constituição este artigo está valendo, se ele está valendo ele não pode reconhecer o direito de propriedade depois da Constituição de 88, é isso que a gente alega, é isso que a gente fala nessa ação rescisória, mas o Tribunal de Justiça...

Como é uma ação rescisória contra uma outra sentença de juiz, então ela tem que ir pro tribunal, ela vai direto pro Tribunal de Justiça porque é contra uma sentença de juiz, a gente ingressou com essa ação na justiça, mas ele julgou improcedente, ou seja, ele não deu o direito que a gente pediu na ação rescisória pra anular essa decisão que o juiz que deu o direito de propriedade pra um particular em um território que já era, que sempre foi quilombola desde a Constituição de 1988 e o reconhecimento se deu em 2011.

A gente entrou com essa ação depois. Então a agente tinha, inclusive, o reconhecimento da comunidade, mas esse argumento não valeu. A gente vai continuar batalhando judicialmente. A gente entrou com embargos de declaração pra gente poder entrar depois com outros recursos no TJ, no STF, (Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal) que necessário foi, mas é uma ação que ainda está tramitando.

Um outro caso e agora e é claro que tem relação com a discussão, com o debate aqui na Comissão Estadual da Verdade, porque foi um assassinato que ocorreu em 1975 em período ditatorial, por um fazendeiro que contratou uns jagunços.

O outro caso de interesse, que me parece, a Comissão é da comunidade de Mandira, eu não sei se vocês já ouviram falar.

Esse processo ainda está em curso, a coisa não andou muito bem lá, porque é um processo mais complexo, mais difícil mesmo, que envolve muitas pessoas, mas é um caso que está sendo acompanhado inclusive pela Dra. Maycon e Dra. Sueli.

Na década de 1970, mais precisamente... Foi um pouco antes de 1970, inclusive.

Deixa eu ver se eu encontro a data exata aqui. É, foi pouco antes de 1970, empresários paulistanos, um chamado (ininteligível) e outro de sobrenome Buzaid, era o filho do ministro da justiça na época em que houve essa procura, que houve esse contato com a comunidade de Mandira.

Era uma sociedade de advogados que vieram pro Vale do Ribeira interessados nas terras de Mandira, o (ininteligível) e o Buzaid.

Tentaram negociar foi o que? Dia dois né? Pegaram pessoas dali mesmo, e (ininteligível) pode até complementar, tentaram contatar algumas pessoas da região, até gente da própria comunidade, o presidente à época, e convencer a fazer negócios.

Eu acho que surgiu um interesse mesmo de estimulação imobiliária, então esse (ininteligível) trouxe esses e entrou com essa de valorização imobiliária, valorização da terra, enfim.

Tentaram fazer contato, de início amigavelmente pra tentar convencer o pessoal a vender a terra baratinha, mas houve uma certa resistência. Alguns cederam e outros resistiram. Diante dessa resistência, passaram a intimidar, passou a ameaçar e também não conseguiram sucesso e com base nesse contrato falso eles tomaram o território todo de Mandira. Mas eles foram bonzinhos e fizeram um outro contrato pra ceder um um décimo do território pra eles, foi uma (ininteligível), enfim...

Então a comunidade começou a ficar refém desses empresários, que nunca usaram a terra, a terra era puramente para especulação, e é interessante que esse negócio foi encabeçado por um cara, por um empresário que era filho do Ministro da Justiça, em 79, e o pai dele era o Alfredo Buzaid, e ele era o Aluisio Buzaid. Ele é o filho do que virou ministro do Supremo Tribunal Federal, foi diretor da USP, da Faculdade de Direito da USP, foi Ministro da Justiça e depois foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, ou seja, o pai desse empresário que fez essa falcatrua toda aqui em Mandira.

A gente pesquisou bastante e ficou preocupado e encontrou uma saída jurídica, que está em discussão ainda, e como a gente teve que envolver todo mundo que participou do negócio, então a ação ficou gigante, com muita gente pra citar, citar é chamar pra se defender. Então todo mundo que participou do negócio tem que estar constando do processo e à medida que a gente está buscando a declaração de resistência do relatório jurídico, então esse contrato não tem validade.

Na verdade a palavra correta não tem resistência, pro direito a gente faz diferença entre resistência e validade, mas pra vocês entenderem, basta dizer que a gente está buscando invalidar esses contratos por conta dessas assinaturas falsificadas, porque tem gente aí que devia estar participando do negócio, pro negócio valer, e não participou porque suas assinaturas foram falsificadas esse negócio tem que ser invalidado. Invalidando o negócio a nossa pretensão é fazer com que esse território retorne completamente pra comunidade, e que esses caras sejam retirados, é isso que a gente está buscando.

Não sei se você tem algo mais a acrescentar Sueli? Alguma peculiaridade desse caso?

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** É interessante como ele conseguiu as vendas, tem o Francisco Manzira que tinha o filho, o João Vicente Manzira. O João Vicente Manzira, que seria o neto, ele assinou como se fosse o herdeiro, o primeiro João Vicente, pulou toda uma geração e pegou a assinatura.

Tiveram mortos que assinaram, analfabetos, foi por causa de uma analfabeta que assinou uma procuração que a gente conseguiu provar que houve fraude nesse negócio.

(ininteligível)

**O SR. ANDREW TOSHIO HAYAMA –** Pra quem tiver interesse, não é o nosso objetivo aqui ficar detalhando, mas é pra ser um pouco mais simpático, mas detalhadamente (ininteligível), quais foram as artimanhas que eles usaram, enfim, a ação está devidamente instruída, o laudo que atesta a falsidade das assinaturas, enfim... Espero que a justiça dê uma resposta positiva nesse caso.

A Defensoria Pública pediu uma liminar pra bloquear as pessoas, que dizer, pra que não haja mais negócios e a situação se complica mais, porque a justiça negou. A juíza do caso negou, a gente foi levar pra justiça e a justiça negou.

De algum modo essa atuação da Defensoria Pública, eu tenho consciência disso, ela serve como um mecanismo de reparação de algum modo, a gente queria resgatar essas situações, resgate de memórias também e ao mesmo tempo um mecanismo de reparação, pois de alguma forma a gente busca reconhecer e garantir algum direito dessas comunidades que sofreram essas violações no período ditatorial. Mas a justiça não tem colaborado pra essa reparação dessas violentas histórias.

Espero que a gente consiga que o Tribunal consiga reverter essa situação.

Obrigado pessoal. (Palmas.)

**A SRA**. – Eu já falei isso semana passada, mas eu vou repetir, nós fomos delegados na conferência, eu e o Osvaldo, um rapaz aqui de Porto Velho, nós fomos delegados do Vale do Ribeira nos direitos da Defensoria Pública do Estado e lá nós conseguimos conquistar, junto aos outros delegados, para que todas as Defensorias Públicas regionais elas acrescentem um defensor público que trate somente do coletivo, isso já está aprovado só precisamos garantir.

Então todas as outras organizações que não estavam semana passada lá, venham com a gente pra gente conquistar essa defensoria, esse defensor que só trate dos casos coletivos.

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA –** São 16h30, nós podemos ir até às 17h, porque tem várias pessoas que gostariam de falar e que ainda não falaram. Vai direto? (Ininteligível.)

Essas pessoas que pediram pra falar, eu pediria assim (ininteligível) nós vamos até cinco horas, acho que mais do que isso não da, não é?

(Ininteligível.)

Não dá pra ir mais do que cinco horas.

A gente pediria pra essas pessoas, que pediram pra falar, que sejam bastante breves. Eu chamaria o Zé Rodrigues, parece que não está aqui... Não está.

Então, Ricão. Também não está?

**O SR. –** Ricão também não está aqui.

**A SRA. MARIA SUELI BERLANGA -** Então fala o Jorge. Eu pediria que você fosse bem breve, para que todo mundo possa usar a palavra.

**O SR. JORGE** – Primeiramente boa tarde a todos. Eu queria, pra não atrasar muito a gente, o meu descontentamento é o seguinte, a gente acabou passando pelo problema do pessoal que eu chamo até de primeiro, que são os problemas da comunidade, que a Associação fica em cima, é sobre esse pessoal que chega de fora, e fica na comunidade e dali a pouquinho começa a invadir, entrar dentro da casa do pessoal da comunidade, queimar a.família viva, inclusive também saiu um rapaz (ininteligível) o filho dele, isso aí tem tudo contestado por isso aí, mas até agora a gente não está tendo trabalho, mas falta muito pra gente completar.

Chegou aí a Comissão, eu aí na comunidade, já fui ameaçado uma série de vezes na praia, já fui amarrado, me levaram pra eu afundar, amarraram eu e me levaram pra me matar no meio do mato, chegou na hora os caras que ia matar eu caíram fora, foram embora porque eles estavam roubando as fazendas e depois dizendo que era eu, chegou na hora eles foram embora e não tinha ninguém pra matar eu... (risos), e eu pensei se Deus é por mim quem é contra mim?

Na hora amarraram meus pés com uma corda de náilon, com as (ininteligível) com as pernas pra cima, numa corda de náilon fina... e eu peguei, bom eu to amarrado aqui, mas daqui a pouco chega alguém e solta eu. Inclusive a caminhonete (ininteligível) aí tinha três pessoas que pediram comida, e que tinham outra fazenda também, pediram ajuda e tal, eu falei, escuta aqui meu amigo, eu já trabalhei na segurança em São Paulo, eu sei que depois das seis horas da tarde se eu não for procurar pela justiça eu viro um morto, e o que aconteceu? Ele falou, olha eu sou juiz de direito, na época eu fui pra delegacia, eu cheguei lá e me amarraram (ininteligível), aí falaram (ininteligível) ele pegou e falou assim, era dez horas da noite, andaram uns nove quilombos. Só que aí chegou na hora (ininteligível) estava desatado, desatou, eu tava cortado, o braço com a corda, o náilon cortou, (ininteligível) aí ele desceu correndo pra estrada e (ininteligível) tudo carregado de palmito, descarregou tudo em cima de mim.

 Quando estava uns 300 metros eu pulei do caminhão, subi num barranco lá, (ininteligível) lá na ponte a quadrilha estava esperando eu lá, eu falei não, eu gritei, eu falei “Moço não faça isso não”, até já faleceu o coitado, eu disse faça isso não deixe que eu cuido dele.

(ininteligível) Chegou (ininteligível) e perguntou: “Senhor Antonio, o senhor conhece esses caras aqui?” “Conheço!” “Como é que ta todo amarrado aqui? O senhor saiu daqui?”

“Eu, sair daqui? Eu não tenho força pra mais nada”. Hoje eu conto e o pessoal não acredita o que aconteceu comigo.

Nós aqui das comunidades estamos nessa situação aqui, que estamos dependendo de justiça, porque na realidade, hoje a gente, com todo o respeito, eu até esqueci de agradecer a delegação que estão todos aqui, os advogados, a Defensoria Pública, mas é... Vocês me desculpem pelo erro, mas é o seguinte, hoje a nossa comunidade, até a própria justiça que está aqui hoje na nossa comarca aqui, não estão dando muito apoio pra nós, não sei se é por causa de ser assim, questão do quilombo, porque tem uma parte de negros, não sei se é esse o motivo, mas a gente chegou numa condição que não querem fazer, (ininteligível) a companhia que (ininteligível) esse trabalho é chocante, porque eu acho que nós temos os mesmo direitos que os outros tem, então é isso que eu queria falar, sobre essa parte aí.

Então, que a gente tem que trabalhar um pouquinho, lutar, acompanhar, além da justiça dar um apoio pra gente, se está do nosso lado a justiça, porque a gente ta precisando muito (ininteligível) através da Fundab, hoje entra, semana passada mesmo, passou um carro às três horas da manhã, (ininteligível) quando eu chego perto do carro, que eu olho a placa pra analisar, pra ver de onde é, por causa do horário, foi lá em cima e roubou um monte de coisas de pneu de carro, as caçambas das máquinas do pessoal, roubaram tudo.

O meu medo é que, às vezes, vem esse pessoal de longe lá e matam uma pessoa por causa do Fundab, outra coisa também que você chega também (ininteligível), vai ficar achando que ta plantando um monte de droga, é muito difícil essa situação. Na próxima semana a gente vai colocar m portão lá, porque não vai ter condição. (Ininteligível) a gente tem que tomar cuidado, a gente passa por dificuldades muito difíceis.

Pessoal muito obrigado e desculpa qualquer coisa. (Palmas.)

 **A SRA. MARIA SUELI BERLANGA** – Passamos a palavra agora pro professor Marivaldo, da comunidade de Itapeúna. (Palmas.)

**O SR. MARIVALDO** - Boa tarde.

Meu nome é Marivaldo e eu sou representante da organização da comunidade, mas eu gostaria de falar pra vocês algumas coisas, relacionadas àquela Repressão que (ininteligível).

Em 1950 teve em Eldorado, pelas forças públicas. Uma coisa que tem que se pensar, (ininteligível) que gerou toda essa tragédia foi pelos guerrilheiros. Teve uma moça que o nome dela (ininteligível) conseguiu (ininteligível) ela tava um pouco fraca, a dona... Como é o nome dela? Dona Geovinda, que mora aqui nessa esquina.

(Ininteligível.)

Eu falei errado, é dona Juvita, (ininteligível) ela gritava pros guerrilheiros “Ó, você toma cuidado hein, que minhas crianças estão todas na rua”, e o que foi que aconteceu? Aquele policial, Evandro (amigo meu), ele mesmo que relatou tudo isso.

Na hora do tiroteio “Ah eu me escondi na casa do médico”, (ininteligível) altas horas (ininteligível), morreu também.

Eu vi esses dias o depoimento de um amigo meu, o Lídio (ininteligível).

\*\*\*